Universidade de Ribeirão Preto
Jornalismo

LAUANI BEATRIZ MEIRA SANTOS

RELATÓRIO DO PRODUTO MIDIÁTICO:
A VOZ DAS MULHERES

RIBEIRÃO PRETO
2021

Lauani Beatriz Meira Santos

RELATÓRIO DO PRODUTO MIDIÁTICO:
A VOZ DAS MULHERES

Relatório entregue à Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Orientador: Profª. Me. Elivanete Aparecida Zuppolini Barbi

Ribeirão Preto
2021

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento Técnico da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto -

Santos, Lauani Beatriz Meira, 2000-
S237r Relatório do produto midiático: a voz das mulheres / Lauani Beatriz Meira Santos. — Ribeirão Preto, 2021.
60 f.: il. color.

Orientador: Prof. Ma. Elivanete Aparecida Zuppolini Barbi.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Jornalismo. Ribeirão Preto, 2021.

1. Mulher com deficiência. 2. Violência de gênero. 3. Inclusão. I. Título.

CDD 070

RESUMO

Em um país como o Brasil em que o gênero, por si, já é um determinante de violência, existem mulheres que, em decorrência de características variadas, enfrentam níveis maiores de vulnerabilidade e opressão. Um dos agravantes dessa violência é a deficiência, condição em que as mulheres acabam vivenciando uma dupla invisibilidade, que se reflete na exclusão e na falta de espaço para discussão e reivindicação de seus direitos, sendo, muitas vezes, esquecidas até mesmo pelo próprio movimento feminista. Diante da responsabilidade social do jornalismo, é imprescindível criar espaços para dar voz a essas mulheres, historicamente discriminadas na sociedade, a fim de contribuir para a formação da opinião pública e aprofundar o debate sobre a temática. Nesse sentido, o conteúdo do portal multimídia reúne dados, informações e entrevistas com especialistas, além de relatos das próprias mulheres, por meio de entrevistas em profundidade, disponibilizados em formato de texto, vídeo, áudio e foto, de modo a permitir uma experiência mais completa e imersiva do público e incentivar discussões a respeito dos problemas enfrentados diariamente por essa parcela da população. O objetivo não é ser apenas um blog, mas um espaço que, de fato, represente as mulheres com deficiência, e contribua para que se sintam incluídas na mídia. Graças ao trabalho, foi possível identificar que essas mulheres necessitam de representatividade e querem ser ouvidas, pois a inclusão das mesmas na sociedade traz contribuições para o fortalecimento e empoderamento feminino como um todo.

Palavras-chave: Mulher com deficiência. Violência de gênero. Inclusão.

ABSTRACT

In a country like Brazil where gender by itself is already a determinant of violence, there are women who, because of varied characteristics, face higher levels of vulnerability and oppression. One of the aggravating factors of this violence is disability, a condition in which women end up experiencing a double invisibility, which is reflected in exclusion and lack of space for discussion and claim of their rights, and are often forgotten even by the feminist movement. Given the social responsibility of journalism, it is essential to create spaces to give voice to these women, historically discriminated against in society, in order to contribute to the formation of public opinion and deepen the debate on the subject. The work brings in a multimedia journalistic portal, media product in the area of journalism science, data, information and interviews with experts, as well as reports from women themselves, available in text, video, audio and photo format, in order to allow a more complete and immersive experience of the public and encourage discussions about the problems faced daily by this portion of the population. The methodology used is in-depth interviews, along with documentary and bibliographic research. The goal is not just to be a blog, but a space that, in fact, represents women with disabilities, and contributes to them feeling included in the media. Thankful to this work it was possible to identify these women need representativeness and want to be heard, because their inclusion in society brings contributions to the strengthening and empowerment of women as a whole.

Keywords: Woman with disabilities. Gender violence. Inclusion.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
1. DETALHAMENTO TÉCNICO 7
2. ENTREVISTADOS 8
3. SINOPSE FINAL 10
4. ROTEIRO FINAL 10
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO 13
6. RELATO DE PRODUÇÃO 14
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 18
APÊNDICES
ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Pessoas com deficiência lidam historicamente com grandes dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, à educação e ao alcance de igualdade na sociedade, tendo, em grande parte das vezes, seus direitos negligenciados e suas habilidades subestimadas. Como defendido por Passos, Telles e Oliveira (2019), a deficiência sempre foi vista como sinônimo de opressão social. Até à década de 1970, era definida apenas pelo modelo biológico, entendida mundialmente como uma desvantagem natural, condicionada a uma perspectiva excludente, segundo os autores. Somente nos últimos anos o assunto passou a ser discutido e repensado, mas é possível dizer que ainda há grande intolerância e repressão ao corpo com deficiência.

Mesmo com leis específicas para pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13146/15), é fato que o Brasil ainda é um país com pouca acessibilidade. Segundo levantamento realizado pelo IBGE em 2019, 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência. A maioria (56,86%) são mulheres que, ao não corresponderem aos estereótipos e as imposições demarcadas socialmente, vivenciam uma dupla invisibilidade, enfrentando simultaneamente a violência de gênero e a discriminação baseada na deficiência.

Segundo Nogueira (2020), o gênero já é, por si, um determinante de violência. Historicamente, foi atribuído à mulher uma posição de desvantagem em relação à figura masculina, o que a levou a sofrer frequentemente com a opressão, problemática que se perpetua até os dias atuais. No entanto, a questão da violência de gênero não se limita somente às disparidades existentes entre homens e mulheres nos diferentes âmbitos da sociedade, pois “dentro do feminino existem mulheres com características diversas, o que as torna mais ou menos propensas a experimentar desigualdades durante a vida” (NOGUEIRA, 2020, p. 7).

Nesse contexto, o agravante da deficiência potencializa a discriminação, resultando em menores possibilidades de participação social, além de tornar a mulher mais vulnerável a sofrer com a violência, em suas diferentes formas de manifestação. No geral, a incidência de agressões entre mulheres com deficiência é duas vezes maior do que entre homens do mesmo grupo, segundo informações do Atlas da Violência 2018, do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea).

Embora compartilhem das mesmas formas de violência que outras mulheres, essas, especificamente, acabam sofrendo ainda mais com a exclusão social, pela falta

de espaço para discussão e reivindicação de seus direitos, sendo, muitas vezes, esquecidas pelo próprio movimento feminista.

Exemplos dessa dupla vulnerabilidade são as ocorrências de violência doméstica e sexual. No geral, a incidência de agressões entre mulheres com deficiência é duas vezes maior do que entre homens do mesmo grupo, segundo informações do Atlas da Violência 2018, do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea). Além disso, a violência sexual contra essas mulheres corresponde a 10% do total de casos de estupro no país.

Apesar da criação de redes de apoio, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, o problema ainda persiste, já que, na maioria das vezes, estas alternativas não conseguem proteger, plenamente, as mulheres com deficiência. Em muitos casos, os atendimentos existentes nem mesmo são acessíveis para elas, o que dificulta o processo de empoderamento desse grupo.

Outro fator importante a ser mencionado é que, além de ter uma maior tendência a sofrer algum tipo de violência, a mulher com deficiência geralmente é menos capaz de se defender, já que os agressores, em grande parte dos casos, são próximos das vítimas e até mesmo acabam sendo figuras de quem elas são dependentes, em relação a cuidados e auxílio financeiro.

> Outro problema que agrava a situação da mulher com deficiência e vítima de violência é a atenção de saúde pública incipiente, seja pela falta de políticas e agendas que se voltem para elas, seja por omissão e baixa cobertura de procedimentos de socorro" (PASSOS; TELLES; OLIVEIRA, 2019, p.3)

Nos últimos anos, o movimento feminista ganhou espaço na sociedade, reivindicando igualdade e direitos até então negligenciados. Entretanto, em decorrência da falta de inclusão, muito pouco foi feito exclusivamente em relação à mulher com deficiência, que ainda acaba ficando às margens da sociedade. Além disso, ainda por conta da acentuada vulnerabilidade, essas mulheres acabam perdendo sua identidade, sendo definidas geralmente apenas como pessoas com deficiência ou simplesmente limitadas à própria deficiência.

Passos, Telles e Oliveira (2019) pontuam que, além da necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse grupo, destaca-se também o papel importante da imprensa na divulgação de informações relacionadas à realidade da mulher com deficiência, que carece de representatividade. Diante da responsabilidade social do jornalismo, é imprescindível criar espaços para dar voz a

essas mulheres, historicamente discriminadas e excluídas na sociedade, a fim de contribuir para a formação da opinião pública e aprofundar o debate sobre a temática.

O portal multimídia “A voz das mulheres” nasceu assim com o intuito de ser um produto midiático que, de fato, as representasse, além de um espaço de divulgação de conteúdos informativos e discussão a respeito dos problemas enfrentados diariamente pelas mulheres com deficiência, a partir de dados, relatos e entrevista com uma especialista.

O objetivo do blog foi viabilizar um espaço midiático para mulheres com diferentes tipos de deficiência contarem suas histórias de vida, destacando as dificuldades enfrentadas por conta da deficiência e da exclusão. Além de dar voz a uma parcela da população que geralmente não é ouvida, por conta da dupla invisibilidade social, originada da forte desigualdade de gênero e do preconceito em relação às pessoas com deficiência, o intuito do projeto foi possibilitar que essas mulheres se identificassem com os relatos e conteúdos publicados e se sentissem incluídas na mídia, além de estimular reflexões e promover discussões acerca da realidade desse grupo.

O público-alvo do produto midiático são mulheres com deficiência, adultas, com idade a partir de 20 anos, que se identificam com o *blog* ao verem suas histórias e vivências abordadas na produção multimídia, além de terem a oportunidade de conhecer e se espelhar na trajetória de outras mulheres. O intuito foi atingir também mulheres em geral, pessoas que convivem com alguma mulher com deficiência, ativistas do movimento feminista e da questão de gênero, associações e organizações do terceiro setor vinculados ao tema, além de trazer informações para aqueles que têm interesse em adquirir conhecimento mais aprofundado sobre o assunto.

A escolha da plataforma, o *blog*, se deu em razão da possibilidade de apresentar conteúdos jornalísticos, interdependentes e disponibilizados em diferentes mídias, em um único lugar – de modo a permitir uma experiência mais aprofundada, completa e imersiva dos internautas –, somada à interatividade e à facilidade de acesso viabilizadas pela internet.

> Os “valores-notícia” que orientam a prática jornalística cotidiana modificam-se no universo dos blogs – não é necessário ter um “gancho” para se tratar de um assunto: o autor do blog, ao se pautar, já seleciona as informações das quais pretende tratar e, como resultado, escolhe os critérios de seleção de notícias conforme sua ética particular -, e nesse sentido, pode dar espaço para temas distantes das pautas tratadas nas empresas de comunicação (MARTINO, 2015, p. 172)

Nesse sentido, a plataforma possibilita maior liberdade de produção ao jornalista, bem como na escolha dos assuntos que serão abordados e discutidos, já que o espaço do *blog*, por essência, desprende-se da lógica empresarial que orienta a profissão, como destaca Martino (2015). Além das particularidades mencionadas, outra preocupação foi a elaboração de um produto midiático acessível a todos, por meio da disponibilização dos conteúdos em texto também em formato de áudio, da utilização de legendas nos vídeos e da descrição de fotos. Sendo assim, a mídia escolhida contribuiu perfeitamente para o alcance da inclusão buscada.

1. DETALHAMENTO TÉCNICO

O multiplataforma sobre as mulheres com deficiência foi desenvolvido a partir do Wix.com. A escolha por essa ferramenta se deu a partir da familiaridade com a plataforma, facilidade para elaboração e publicação de conteúdos, além do ótimo visual e a simplicidade de acesso. Esse produto apresenta histórias de vida, entrevista com especialista, vídeos, podcasts e fotos.

O visual do site leva tons de rosa, branco e marrom com destaque para a logo que carrega uma essência feminina, com flores e traços delicados, assim como o plano de fundo. Toda a linguagem do blog é voltada para as mulheres, pensando sempre em uma internauta que acessou a plataforma para conhecer outras histórias ou saber mais sobre o assunto.

Logo na home pode-se encontrar o slogan do site “Mulheres com deficiência projetam sua voz”, que conversa diretamente com o objetivo principal do produto. No início da página estão dispostos os menus, são eles “Home”, a página inicial do site; “Sobre”, que traz informações sobre o intuito do blog e a autora; “Indicadores”, com dados sobre a deficiência no Brasil e a questão de gênero, especificamente, “Entrevistas”, subpágina de matérias em texto com as mulheres; utilizando também outras linguagens complementares, como vídeo e fotografias, e “Envie sua história”, local reservado para que as internautas enviassem seus relatos ao blog.

Abaixo do menu se encontram as postagens em destaque, dispostas em duas categorias: “Conheça as histórias”, que contém os relatos das mulheres, escritos de forma humanizada e utilizando características do jornalismo literário, e “Últimas Notícias”, que traz outros assuntos complementares a temática e pertinentes ao blog. Como o objetivo foi dar voz às mulheres com deficiência, são elas que aparecem em peso na home do site, a partir de fotos de arquivo pessoal, enviadas pelas próprias entrevistadas, com a intenção de criar uma maior proximidade e intimidade com as narrativas dessas mulheres.

O grande destaque do multiplataforma foram as histórias de vida, já que a grande maioria das entrevistadas destacou o fato de que não conhecia a trajetória de outras mulheres com deficiência. Baseando-se nos relatos, criaram-se então outros conteúdos informativos para promover reflexões e discussões sobre a realidade vivenciada por esse grupo, como um vídeo abordando a violência contra a pessoa com deficiência; a atuação do Coletivo Feminista Helen Keller, formado apenas por mulheres com deficiência; e uma lista informativa de mulheres que produzem

conteúdo relacionado à temática, com o intuito de fortalecer e amplificar outras vozes que compartilham informação no meio digital e, consequentemente, trazem contribuições importantes para possíveis mudanças na sociedade.

Além dos conteúdos jornalísticos produzidos, foram disponibilizados no site dois guias informativos. O primeiro, intitulado “Mulheres com deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania”, foi publicado em 2020 pelo Coletivo Feminista Helen Keller. Desenvolvido inteiramente por mulheres com deficiência, desde os textos até a diagramação, o material aborda temas como saúde, direitos sexuais e reprodutivos, educação, trabalho, violência e acesso à justiça.

Já o segundo foi enviado pela advogada Samira Andraos Marchezin Fonseca, vice-presidente da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência da OAB do Estado de São Paulo, e uma das entrevistadas do multiplataforma. Neste caso, a cartilha traz informações e dados sobre a violência contra a pessoa com deficiência, além de instituições e entidades que oferecem apoio e suporte às vítimas nesses casos.

Além disso, o site preocupa-se com a acessibilidade. Os conteúdos em texto foram veiculados também em formato de áudio e os vídeos contém legendas. Há também a descrição das imagens disponibilizadas no blog, com o objetivo de produzir um conteúdo acessível a todos.

2. ENTREVISTADOS

Foram realizadas entrevistas em profundidade com mulheres com diferentes tipos de deficiência e idades variadas, sem delimitação de classe social, para compreender a condição e a trajetória dessas personagens, além de apresentar um cenário geral das problemáticas enfrentadas. Como o intuito era dar voz às narrativas desse grupo, fez-se necessário a escolha de uma metodologia mais íntima das entrevistadas e que permitisse explorar ao máximo, com profundidade e detalhamento, o que as personagens tinham a contar.

A primeira personagem entrevistada foi Giullia Crevellin, de 21 anos, que possui 5% de visão no olho direito e está na espera para a retirada do globo ocular e a substituição por uma prótese no olho esquerdo. A estudante tem uma doença congênita e ao se deparar com a falta de informação sobre a baixa visão na internet, decidiu em 2018 criar a página “Baixa Visão em Nosso Lar” para compartilhar dados sobre o assunto e um pouco da própria experiência com a deficiência visual. Na

entrevista, contou sobre a infância, a produção de conteúdo na página, e a experiência nos palcos, com o teatro e o sapateado.

A mineira Júlia Milograna, de 33 anos, foi a segunda personagem entrevistada. Ela sofreu um acidente de carro aos 13 anos e fraturou as vértebras C5 e C6, próximas ao pescoço. Como decorrência da lesão, desenvolveu sequelas de hemiplegia: o lado direito do corpo tem menos movimento, em partes como mãos e pernas, enquanto no esquerdo há uma perda de força.

Júlia compartilhou as experiências pós-acidente e afirmou que há uma grande falta de informação acerca dos cuidados necessários para a qualidade de vida de uma mulher com deficiência, e até mesmo a divulgação de assuntos básicos como maternidade e saúde. Outro ponto importante da entrevista foi a afirmação de que ela, como mulher com deficiência, se sente muito sozinha, por não conhecer a trajetória de outras mulheres para se espelhar.

Após conversar com Giullia e Júlia, a busca passou a ser por uma mulher que fosse mãe, e ao entrar em contato com a Adevirp, instituição em Ribeirão Preto voltada para deficientes visuais, a indicação recebida foi Gleice Priscila, uma aluna e voluntária da entidade. Com 27 anos de idade, é casada, tem dois filhos e convive com a cegueira total. Na entrevista, relatou sobre a adolescência, o desenvolvimento da deficiência e a questão da maternidade.

Durante a busca por pautas relacionadas a temática nas redes sociais, foram encontradas algumas publicações do Coletivo Feminista Helen Keller, composto somente por mulheres com deficiência, com integrantes espalhadas por todo o país. Após entrar em contato mostrando o desejo de produzir uma matéria sobre a iniciativa, a escritora Sara Ribeiro, que atualmente mora na Irlanda, foi a responsável por compartilhar as informações, e com isso, tornou-se a quarta entrevistada do blog. A conversa com Sara rendeu ainda outra pauta para o multiplataforma, agora sobre um projeto de escrita desenvolvida por ela, que tem como objetivo ampliar o protagonismo e a voz de mulheres com deficiência na literatura.

Ainda no âmbito artístico, a ilustradora Paloma dos Santos, moradora da cidade de São Paulo, foi a quinta entrevistada. Além de sua trajetória nas artes visuais, foi possível abordar assuntos como a falta de acessibilidade existente na sociedade e a inclusão da pessoa com deficiência nas artes.

Unindo as informações colhidas nos depoimentos de todas as personagens, foi realizada a última entrevista do blog, com a vice-presidente da Comissão do Direito

da Pessoa com Deficiência da OAB do Estado de São Paulo, Samira Andraos Marchezin Fonseca, que abordou questões como os direitos das pessoas com deficiência, considerando também o recorte de gênero; as formas de violências existentes contra esse grupo e a importância da acessibilidade para o exercício da cidadania e transformações na sociedade.

3. SINOPSE FINAL

Conheça a autora

Uma estudante de Jornalismo fascinada por narrativas de vida que acredita no poder do conhecimento para transformar realidades e encontra-se sempre disposta a ouvir o que você, leitora, tem a dizer. Meu nome é Lauani, a autora do projeto que não tem somente o objetivo de informar, mas também dar voz às mulheres com deficiência.

O propósito do blog

Com o intuito de inspirar reflexões e contribuir para o empoderamento feminino, o blog preocupa-se em produzir um conteúdo jornalístico acessível para todos. Aqui será um espaço para mulheres com deficiência contarem suas histórias de vida, além de promover discussões sobre a realidade vivenciada por elas, a partir dos próprios relatos e reportagens especiais. Se você é ou convive com alguma mulher com deficiência, é ativista do movimento feminista e da questão de gênero ou apenas deseja adquirir conhecimento mais aprofundado em relação ao assunto, seja bem-vinda e não deixe de acompanhar as publicações do blog.

Espero que goste e se identifique com o projeto!

4. ROTEIRO FINAL

As histórias das entrevistadas foram publicadas em formato de texto, áudio e um vídeo, possibilitando uma narrativa jornalística aprofundada. A ideia foi estabelecer uma conversa informal durante as entrevistas, deixando as fontes à vontade para contarem suas histórias e acrescentar informações importantes para a reportagem.

PODCAST - Direitos da Mulher com Deficiência (Advogada)
Duração: 11 minutos
Olá, eu sou a Lauani Meira, autora do Blog A Voz das Mulheres, e convidei a advogada Samira Andraos Marchezin, que é vice-presidente da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência da OAB do Estado de São Paulo, para falar sobre os direitos das mulheres com deficiência. Confira nossa entrevista. Qual é a importância da luta pelo direito das mulheres com deficiência no âmbito jurídico e como o Brasil tem caminhado nesse aspecto? Quais garantias essas mulheres já conquistaram e em sua opinião que ainda precisa mudar? No âmbito jurídico, você falou que ainda tem muita coisa a ser trabalhada, o que poderia ser feito para garantir o acesso a cidadania dessas mulheres, na sua opinião? A Constituição diz que a saúde é um direito de todos e dever do estado. Em relação as mulheres com deficiência, quais são os direitos já consolidados e o que ainda falta? Hoje existem, por exemplo, projetos voltados a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência, tem inclusive um coletivo feminista só de mulheres com deficiência, alguns projetos do Estado voltados a pessoa com deficiência. Qual é a importância dessas ações, na sua opinião? Essa foi a entrevista com a advogada Samira Andraos Marchezin, vice-presidente da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência da OAB do Estado de São Paulo, em que abordamos a importância da luta pelos direitos das mulheres com deficiência. Espero que tenha gostado. Até a próxima!

VIDEOCAST – VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Duração: 3 min e 40 seg
Fonte: Samira Andraos Marchezin Fonseca
No videocast, a advogada Samira Andraos Marchezin Fonseca, vice-presidente da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência da OAB do Estado de São Paulo, aborda as formas de violência sofridas pelas pessoas com deficiência, em especial, as mulheres, nos âmbitos psicológico e da negligência de direitos.

VIDEOCAST - GIULLIA CREVELLIN
Duração: 3 min e 28 seg
Fonte: Giullia Crevellin
Giullia Crevellin, de 21 anos, possui 5% de visão no olho direito e está na espera para a retirada do globo ocular e a substituição por uma prótese no olho esquerdo. Ao se deparar com a falta de informação sobre a baixa visão na internet, criou a página “Baixa Visão em Nosso Lar” para compartilhar dados sobre o assunto e um pouco da própria experiência com a deficiência visual. No videocast, ela fala sobre a deficiência, os objetivos da página, a relação com o teatro e o sapateado e destaca as limitações impostas pela sociedade.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Criação do blog	**X**				
Realização das entrevistas com as mulheres	**X**	**X**	**X**		
Produção das reportagens que serão publicadas nas editorias especiais	**X**	**X**	**X**	**X**	
Produção e postagem de conteúdos	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**
Elaboração do relatório de produto			**X**	**X**	
Revisão do relatório de produto			**X**	**X**	
Entrega final do relatório de produto				**X**	
Banca TCC					**X**

6. RELATO DE PRODUÇÃO

Analisando minha trajetória pela área da comunicação até o momento, consigo afirmar que sou uma pessoa apaixonada por histórias de vida. Sendo assim, desde o início da graduação sabia que iria abordar em meu Trabalho de Conclusão de Curso alguma temática que permitisse conhecer diferentes pessoas e ouvir o que elas tivessem a dizer. Ao mesmo tempo, queria que a pesquisa fomentasse discussões e contribuísse com transformações na sociedade, mesmo que mínimas.

Outro objetivo que tinha em mente era dar voz às mulheres, algo que sempre busquei durante as matérias que produzi durante os quatro anos de curso. Gosto bastante de trabalhar com narrativas femininas, mas o desejo se fortaleceu durante aulas como Estudos Contemporâneos e Tópicos de Comunicação e Humanidades, ministradas na graduação. Lá, éramos convidados a voltar nosso olhar para o próximo, o que é extremamente importante para profissionais da comunicação.

Entretanto, a ideia do blog surgiu a partir da história de Giullia, que não por acaso é a primeira personagem que aparece no multiplataforma. Nos conhecemos desde a infância e percebia que as dificuldades que ela enfrentava eram bem diferentes das minhas, em muitos aspectos. Há algum tempo passei a acompanhar o conteúdo que Giullia compartilhava nas redes sociais sobre a deficiência. Um dos posts, publicado no Dia Internacional da Mulher, era justamente sobre a inclusão da mulher com deficiência na sociedade e naquele momento senti que precisava saber mais sobre esse assunto, até então pouco conhecido por mim.

Em buscas na internet, não encontrei muitas informações, além de algumas mulheres com deficiência que utilizavam blogs e redes pessoais para falar sobre a temática. Diante disso, percebi então que minha função, como jornalista, era fazer o que ninguém havia feito ainda: criar um produto midiático voltado exclusivamente para essas mulheres, que tanto careciam de representatividade e espaço na sociedade.

Ao entrar em contato com as mulheres, foi perceptível, logo nas primeiras entrevistas, a importância do blog e de abordar a temática, pois recebi uma resposta extremamente positiva das fontes que encontrei durante a produção dos conteúdos. Percebi que elas realmente queriam ser ouvidas, contar suas histórias e compartilhar suas necessidades, se identificando com o multiplataforma.

A entrevista com Júlia Milograna me marcou bastante, pois ela disse que se sentia muito sozinha por ser a única mulher com deficiência na família e entre amigos.

A partir dessa fala, pensei que poderiam existir várias outras mulheres como ela, e decidi então resgatar essas histórias e dar maior destaque para esses relatos, que poderiam servir de referência para outras internautas. Certamente esse desabafo foi o responsável por determinar os rumos do produto, pois tive a confirmação de que, de fato, essas mulheres eram invisibilizadas.

Outra entrevista marcante foi a de Gleice Priscila. Em nosso primeiro contato por telefone, Gleice mostrou grande interesse em participar do blog e poder contribuir com outras mulheres ao contar sua história. E essa empatia se repetiu em muitas conversas, as entrevistadas queriam ajudar outras pessoas, e encontraram no site o espaço ideal para fazer valer essa contribuição na sociedade.

Nesse sentido, o envolvimento das fontes com o multiplataforma foi fundamental e cada feedback positivo dava inspiração para que eu continuasse produzindo e ampliando a voz dessas mulheres, geralmente silenciadas.

Um dos maiores desafios foi a construção da acessibilidade no site, afinal, se a ideia era produzir um blog voltado para as mulheres com deficiência, fez-se necessário a preocupação com a produção de um conteúdo acessível a todas as interessadas em acompanhar as matérias. Em conversas com as entrevistadas, passei a entender a importância da descrição de imagens, da disponibilização de conteúdos em texto também em formato de áudio, além das legendas nos vídeos.

Considerando que fornecer acessibilidade é sinônimo de incluir, conforme destacado na entrevista com a advogada Samira Andraos Marchezin, esses recursos são fundamentais no campo da comunicação e diante da relevância de nossa profissão frente às mudanças sociais, é essencial que o jornalista se preocupe em produzir um conteúdo que possa ser acessado por todos.

Apesar de lidar com adaptações e questões técnicas de produção do produto, além do conteúdo teórico, o maior aprendizado foi humano. Desde o início sabia que esse projeto iria mexer, de alguma forma, com o meu emocional. E foi justamente por conta dessa certeza que investi nessa ideia, obtendo sucesso em todas as etapas de produção, desde a oportunidade de conhecer as histórias marcantes dessas mulheres até os agradecimentos recebidos ao final de uma entrevista.

Cada fala, relato, sugestão de pauta e contribuição das entrevistadas foram essenciais para o desenvolvimento desse produto midiático, construído em conjunto: eu, uma jovem jornalista que tinha bastante a aprender com as narrativas; e as mulheres, que me ensinaram muito durante todo o processo.

Lidar com a produção de um blog que tinha um forte fator social envolvido proporcionou aprendizados que levarei para a vida. Cada etapa de entrevista, redação e edição, confirmou que escolhi a profissão certa para seguir. Sou grata a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, auxiliaram no desenvolvimento do produto, as histórias que conheci e aos professores do curso de Comunicação, que sempre ofereceram o suporte necessário durante toda a graduação, e me incentivaram a enxergar a importância do projeto e fazer a diferença com esse trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como propósito a criação de um produto multiplataforma, um blog para dar voz às mulheres com deficiência, silenciadas e excluídas na sociedade. Foram publicados relatos marcantes, que exemplificaram as dificuldades enfrentadas por essa população, e confirmaram a situação de dupla invisibilidade dessas mulheres.

O tema é relevante para ser debatido no meio acadêmico, considerando o preconceito, as dificuldades enfrentadas diariamente por essas mulheres e a falta de visibilidade apontados neste trabalho. Pelo fato de ser um assunto pouco abordado pela mídia, a produção de um conteúdo informativo sobre a temática agrega para profissionais da saúde, assistentes sociais, advogados, entre outras pessoas que realizem atendimentos a esse grupo ou possam contribuir para mudanças sociais nesse contexto. Além disso, o trabalho pode servir de desdobramentos para vários outros, que venham a abordar assuntos segmentados ou até mesmo direcionar a discussão para uma deficiência específica, por exemplo.

Outro ponto importante é a confirmação da importância de o jornalismo dar voz às minorias, tomando como base os resultados alcançados com as entrevistas veiculadas no blog. Considerando a resposta extremamente positiva das entrevistadas e a relevância desse trabalho no cenário atual, este produto midiático continuará produzindo conteúdos informativos e dando voz às mulheres com deficiência para que contem suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALL'AGNESE, Carolina Teixeira Weber, BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. Narrativa jornalística transmídia: discussões em busca de uma definição. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM COMUNICAÇÃO, XIX. 2018: Cascavel. **Anais eletrônicos...** Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/sul2018/resumos/R60-1618-1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. 428 p.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 291 p.

NOGUEIRA, Luiza Souto. Desigualdade de gênero e vulnerabilidade das mulheres com deficiência. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, v. 18, n. 2, p. 73-89, 2020. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/423/340340451. Acesso em: 11 abr. 2021.

PASSOS, Regina Lucia; TELLES, Fernando Salgueiro Passos; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, p. 154-164, 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43nspe4/154-164/pt. Acesso em: 12 abr. 2021.

APÊNDICES

Decupagens

Videocast - Giullia Crevellin

Oi gente, eu sou a Giu, tenho 21 anos e sou uma mulher com deficiência visual. Eu nasci sem enxergar e ao longo da vida fiz algumas cirurgias, alguns tratamentos que me possibilitaram a ver. Hoje eu tenho 5% de visão no olho direito e estou no aguardo para a retirada no globo ocular e a substituição por uma prótese no olho esquerdo, então hoje eu sou considerada uma pessoa com baixa visão. Você sabe o que é baixa visão? Porque normalmente quando a gente fala de deficiência visual, as pessoas remetem muito à cegueira e não, a gente tem vários graus de deficiência, e o meu é a baixa visão ou a baixa acuidade visual. E foi pensando nisso, nessa falta de conhecimento, que em 2018 eu criei uma página no Facebook que chama “Baixa visão em nosso lar”, onde eu compartilho o meu dia a dia, vivências e experiências relacionadas à deficiência. Não só isso, né? Mas compartilho um pouco de arte, de cultura e de dança. Eu sou apaixonada pelo teatro, desde muito novinha pedia para os meus pais que me matriculassem em uma escola de teatro, porque eu queria fazer teatro. E eu lembro que a minha mãe me olhou e falou: “Giu, mas como que uma menina que não enxerga vai estar em um palco?”. E eu falei: “Mãe, como eu não sei. Eu só sei que eu quero e eu quero muito!”. E ela começou a frequentar as aulas de teatro comigo durante um mês, um mês e meio, porque ela tinha certeza que eu iria desistir. E não desisti, fiquei sete anos nos palcos da vida, em amostras, em testes, apresentações, e tudo que eu mais amo fazer nesse mundo. E uma outra paixão é a dança, eu comecei muito novinha no balé clássico, não me adaptei, não curtia, porque era algo muito parado, e aí eu fui para a dança de salão, forró, o bolero, tango. Juntei o útil ao agradável, que era os palcos, que eu amo pouco e a dança, que era algo que eu tinha muita facilidade e praticava o exercício físico. Dei uma parada, e quando mais velha eu falei: “Por que não voltar a dançar?”. Mas dessa vez, eu quero algo diferente, que eu nunca tenha praticado, e fui pesquisando, até encontrar o sapateado. Foi algo que me chamou muito a atenção, pelo simples fato de ser uma dança que faz barulho. Mas o processo com o sapateado não vem sendo muito fácil, depende muito de equilíbrio, coordenação motora, que é algo que eu não tenho muito, mas que está dando certo, que está caminhando. E por que eu estou contando tudo isso para vocês? Para dizer que nunca foi a deficiência que limitou. A deficiência ela faz parte

de quem eu sou, faz parte da minha vida, da minha história, do meu corpo, mas sempre quem limitou foi a sociedade.

Videocast – Violência contra a pessoa com deficiência

Quando a gente pensa em violência contra a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência, a gente pensa que essa violência pode também ser não só uma agressão de um parceiro, uma agressão psicológica da sociedade, pode ser psicológica da sociedade, no ambiente de trabalho, no ambiente escolar, a gente ter atitudes negativas com relação àquela pessoa, xingamentos então a gente pensar na violência psicológica, fora a violência física.

Fora isso, em sociedade, a gente observa violência contra a educação da mulher com deficiência, quando na escola, universidade, no curso em que a pessoa que pretende se inscrever não tem adaptação adequada para ela fazer a prova de ingresso, a gente precisa trabalhar toda a adaptação curricular, escolar, não trabalhar isso é uma forma de violência punível. A gente pensar na violência no trabalho, quando a mulher não recebe o mesmo salário de pessoas que não tem a deficiência, até mesmo de outras mulheres sem deficiência, a gente vê uma disparidade salarial nesse sentido.

A violência que também ocorre dentro de casa quando a gente vê a mulher com deficiência que não tem acesso a uma saúde adequada, não tem acesso ao emprego adequado, tudo isso vem de encontro a uma qualidade de vida precária dentro de casa, então vai para a escola, para o trabalho, chega em casa já está muito cansada, até mesmo os seus familiares, então essa violência dentro de casa, que não é uma causa interna, mas ela tem uma causa externa e consequências internas. Quando a gente fala em violência, a gente tem que pensar em tudo, até mesmo naquela violência em que eu proíbo a pessoa, a mulher com deficiência de participar de eventos públicos, então ela não vai ter o lazer de todo mundo tem direito então a gente precisa pensar que a Constituição tem esses direitos básicos e a partir do momento que a mulher com deficiência não consegue exercer um direito básico, à educação, à saúde ao lazer, ela sofre a violência.

Então é também quando eu proíbo a pessoa de chegar a um estudo adequado, dentro da capacidade dela, em que eu proíbo ela de estar em um evento de lazer, por qualquer motivo que seja, desde que a causa seja a deficiência, porque eu não adaptei um ambiente e até mesmo dentro de casa, que todas as outras faltas, a falta de um

ambiente interno adequado vai causar uma violência psicológica, uma fome, a deficiência vir a ser mais agravada, então é mais ou menos isso a gente pensar que a violência não é só a violência física, ela tem outras características também, dependendo, é pensar de forma individual, o que essa pessoa com deficiência vem sofrendo e tentar aí sanar esses problemas que a gente tem condição de fazer, para melhorar a vida dessa pessoa, lhe dando mais independência.

Entrevista com Samira Andraos Marchezin

O grau de deficiência aumenta ou diminui a partir ou diminui a partir daquilo que a sociedade me oferece para que eu esteja mais independente nas minhas atividades de vida diária, no meu trabalho, na minha convivência social. Se eu preciso de uma adaptação, seja ela arquitetônica, psicológica, uma adaptação na escola ou da energia, de uma luz intensa, de barulho, seja qual for a adaptação que eu preciso, e o meu entorno não me oferece isso, a minha deficiência aumenta de grau.

Hoje a gente determina quão deficiente a pessoa é a partir do ambiente que ela vive. Toda essa alteração ambiental que a gente precisa para inserir a pessoa com deficiência não é uma exclusividade da pessoa com deficiência, vamos dizer assim. Quando a gente altera um ambiente, ele fica muito melhor para todos nós, porque se eu altero uma escada e coloco uma rampa, o idoso quando vai usar aquele ambiente que foi adaptado para uma pessoa com deficiência física, se sente mais acolhido. A criança, a mãe com criança no colo, a gestante, ou até mesmo o homem que sofreu acidente de moto, um motoqueiro que caiu e está em cadeira de rodas, ele sabe que aquele ambiente, seja qual for, está adaptado para todos nós.

Então não são privilégios, são adaptações que uma sociedade inteira necessita. O elevador falar em que andar está não é chique, é simplesmente adaptar o elevador para aquela pessoa que não está enxergando saber o andar em que está. Conforme a idade vai avançando, vamos ter um problema de visão, uma dificuldade e de repente essa dificuldade vai ser amenizada porque eu pensei no meu próximo. Precisamos ver que quando você chega em um edifício e o elevador não tem braille para que a pessoa que não enxerga leia qual andar ela aperta para subir, aquela pessoa vai ficar mais deficiente porque ela precisa da ajuda de alguém para chegar aonde precisa ir, ao passo que se eu faço adaptações tão simples quanto essas, ela pode se virar sozinha e não tem coisa melhor do que a gente se virar sozinho.

Então a violência também passa por isso, pelo não respeito às leis que direcionam a adaptação nas escolas, dentro de casa, em ambientes públicos, em ambientes privados. O que a gente precisa sempre observar é que obviamente temos também a agressão física, psicológica, agressão moral, o bullying, que é tão presente em todos os lugares, nas escolas, etc, mas a gente precisa pensar que se não trabalharmos essa base, essa falta de adaptação, a discriminação vai ser maior.

Quando buscamos aquela pessoa que está excluída no cantinho porque tem muita vergonha de falar com todo mundo, ou tem uma deficiência, a partir do momento que eu me aproximo, quebro essa barreira atitudinal de se aproximar, conversar com o outro e entender o que ele precisa, a gente vai descontruindo a deficiência e ao mesmo tempo descontruindo a violência.

Existe alguma definição de pessoa com deficiência no âmbito jurídico?

A definição de pessoa com deficiência foi mudando ao longo dos tempos, hoje tem alguns graus que você pode qualificar, grave, leve e moderado, mas essa qualificação vai vir associada a quais ambientes essas pessoas estão inseridas, então se eu coloco essa pessoa com deficiência grave em um ambiente totalmente adaptado, em um edifício, em uma escola adaptada, ela pode mudar do grave para o moderado, e até mesmo para o leve. A pessoa com deficiência pode ser sim ser diagnosticada com sua deficiência, mas os graus de deficiência vão variar de acordo com a adaptação que aquela pessoa vai receber nas suas atividades de vida diária.

O que é capacitismo?

Capacitismo é a visão globalizada da pessoa com deficiência, então eu pego várias pessoas com transtorno de espectro autista e coloco em uma mesma visão, ou seja, eu pego um autista leve, um autista moderado e um autista grave e coloco todo mundo em uma mesma visão. Quando a gente fala de autismo, a gente pode realmente falar de uma pessoa que necessita de muito suporte, quanto a pessoa que não necessita de suporte algum, desde que a gente consiga fazer adaptações para aquela pessoa, então é ter uma visão globalizada, sem que a gente consiga identificar quais são as capacidades individuais de cada pessoa.

Samira, gostaria que você falasse um pouco sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que é esse dar direito para todos, essa cidadania e sua a relação com a legislação voltada para as pessoas com deficiência.

Esse princípio, que é básico para que possamos viver em sociedade, vem da Constituição Federal, depois foi trabalhado na Convenção Internacional do Direito da Pessoa com Deficiência, posteriormente em leis esparsas num território brasileiro, até porque a Convenção Internacional foi recepcionada a força de Constituição no território brasileiro. É até uma curiosidade, quem trabalha com Direito nunca vai nos códigos procurar a Convenção Internacional do Direito da Pessoa com Deficiência, mesmo ela tendo força de uma legislação comparada a Constituição.

Se a gente buscar nos códigos ou até mesmo na Constituição, vai ser difícil encontrá-la nos livros, então olha só como é difícil a gente trabalhar com esse direito a dignidade da pessoa humana. Ela está na Constituição, na Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência, foi recepcionada em solo brasileiro como Constituição, ou seja, devia estar entranhada nos nossos artigos constitucionais, mas ao mesmo tempo a gente vê que muito pouco se fala.

Posteriormente, por conta até mesmo dessa dificuldade de acesso, nós estudamos então a construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que seria pegar a Constituição, mais a legislação internacional, mais a convenção Internacional do Direito da Pessoa com Deficiência, mais a Lei Berenice Piana, que em 2012 entrou em vigor falando sobre os direitos da pessoa com transtorno de espectro autista, que até então era considerado só uma doença mental. Então o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi mais ou menos um compilado do que a Constituição, a Convenção e a Lei Berenice Piana vinham dizendo.

Dentro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a gente vê a repetição de diversos artigos constitucionais, vários artigos da Convenção Internacional do Direito da Pessoa com Deficiência e da Lei Berenice Piana, então a gente teria um resumo de todos esses direitos que a pessoa com deficiência tem, inclusive os direitos que vão proteger a dignidade da pessoa humana, que são os direitos básicos à saúde, alimentação, educação e tudo mais.

O que a Lei Brasileira de Inclusão representa nesse contexto de luta e acesso à cidadania?

Ela representa o marco de impulsionamento das leis que regem os direitos das pessoas com deficiência, porque até então nós tínhamos uma lei só para o autismo, que não era muito estudada, a Constituição, que protege a pessoa com deficiência, mas como não tem o nome específico dizendo, em alguns artigos a gente tem, mas que há um direcionamento específico para a pessoa com deficiência. O Estatuto vem justamente derrubar algumas barreiras que a sociedade tinha e ainda tem obviamente, mas a gente vem trabalhando nessa acessibilidade ao direito da pessoa com deficiência, de dar visibilidade a todos esses artigos para que eles possam ser exigidos, cobrados, e efetivamente executados em sociedade.

Qual é a importância da luta pelos direitos das mulheres com deficiência no âmbito jurídico e como o Brasil tem caminhado nesse aspecto, Samira?

A luta do direito da mulher em geral tem dado passos largos, em que pé que a sociedade reluta muito em aceitar essa igualdade, em aceitar que a mulher também tem capacidades. Vem vindo assim de uma forma a conta-gotas, eu acho que poderia estar muito mais avançado. E quando a gente fala da mulher com deficiência, a gente tem um agregado a essa dificuldade, que é dificuldade atitudinal, que é a dificuldade de a sociedade estar propiciando para aquela mulher as mesmas condições de trabalho, de viver, de estar em sociedade.

Eu acho que essas barreiras que as mulheres vêm enfrentando ao longo dos séculos, elas obviamente têm diminuído, mas eu acredito que a gente tem muito ainda a trabalhar. Voltar esse olhar para a mulher com deficiência é de importância extrema, mesmo porque ao mesmo tempo que a gente volta esse olhar para a mulher com deficiência, a gente volta esse olhar para as minorias, para todas as minorias, para as pessoas que estão em vulnerabilidade. Então a importância desse direito, de complementar, que ele seja mais estudado, aprofundado e mais respeitado, ele vai além da proteção dos direitos da pessoa com deficiência, da mulher com deficiência, ele vai num genérico social abranger todas as pessoas.

E Samira, quais garantias essas mulheres já conquistaram e, em sua opinião, o que ainda precisa mudar?

Tem muitas garantias, se a gente pensar naquela mulher que não podia trabalhar, não podia se divorciar, não podia estudar, era obrigada a estar dentro de casa, aguentar um relacionamento abusivo, procriar ao prazer da sociedade, tudo isso a gente vê hoje modificado, obviamente quando a gente fala que está modificado nos dias de hoje não significa estar erradicado. A gente ainda encontra muitas mulheres em vulnerabilidade extrema, que estão em relacionamentos abusivos, não estão sendo permitidas entrar para o mercado de trabalho de forma digna. Eu acredito que a diferença daquela mulher de antigamente para a mulher de hoje é que algumas de nós já conquistaram alguns direitos e eles estão impactados em sociedade, estão funcionando, mas muitas ainda precisam chegar nesse patamar.

Em que pés a gente tem adquirido vários direitos, a Justiça tem protegido essas mulheres, a gente ainda precisa fazer um trabalho intenso para arrancar dessa lama muitas mulheres que não conseguiram alcançar esses direitos de um trabalho digno, de estar em sociedade, de um relacionamento em igualdade, eu acho que ainda precisa muita coisa.

Eu vejo grandes conquistas, mas eu ainda vejo que a gente precisa trabalhar muito esse direito, e trazer pelas mãos cada uma das mulheres que ainda estão lutando, estão sofrendo e não conseguem sair, porque não tem ajuda, não tem respaldo da sociedade. A gente precisa fazer muito ainda, em que pés a gente precisa dar glória a tudo o que a mulher conquistou, de estudar, de estar no mercado, mas se a gente estudar caso a caso, ela pode estudar, mas ainda tem um pouco mais de dificuldade de alcançar a universidade porque de repente ela engravidou, porque o parceiro ou a parceira não ajuda com aquela criança, então ela fica na obrigação de cuidar da criança enquanto a outra pessoa aí se capacitando. Ela pode sim entrar para o mercado de trabalho, mas a gente vê que quando uma grande empresa ou existe uma concorrência entre homem e mulher, normalmente o homem ainda tem preferências de salário, de bons cargos. Quando uma mulher é criticada, ela é criticada pelo seu aspecto físico, enquanto o homem é criticado por seu aspecto intelectual, então dizer que, óbvio, a gente mudou muitas coisas, mas o acesso a essas mudanças está muito perene e a gente precisa mudar muito ainda para que ele fique mais sólido, para que mais mulheres alcancem esses direitos de forma plena.

Falando um pouquinho da questão mulher com deficiência, a gente já havia comentado que essa mulher sofre uma dupla exclusão, primeiro por ser mulher e segundo por ter uma deficiência, ou simultaneamente. No âmbito jurídico, você falou que ainda tem muita coisa a ser trabalhada, o que poderia ser feito para garantir o acesso a cidadania dessas mulheres, na sua opinião?

Eu entendo que hoje em dia nós temos uma base legislativa muito forte e eu não mudaria, eu não acrescentaria nada. Obviamente que algumas legislações municipais ainda necessitam ser produzidas para que a legislação federal tenha efeito em âmbito municipal ou até mesmo estadual. A gente vê a aprovação de várias legislações esparsas ainda em âmbito nacional, de território municipal e estadual. Em âmbito federal eu acho que a gente está muito bem-organizado, a gente tem já um arcabouço legal muito forte. A gente precisa é que essa legislação seja aplicada, tanto na área judicial, em processos judiciais, a gente ainda precisa ter a consolidação desse direito nos julgamentos e em âmbito legislativo seria bem isso. Eu vejo já muitos movimentos em prol dessa construção legislativa infraconstitucional, ela está bem regularizada, bem paramentada, vamos dizer assim, o que precisa mesmo é a sociedade fazer valer, olhar, pegar o papel e falar: “Eu quero esse direito”, para o advogado ter noção de tudo aquilo que ele vai requisitar em uma eventual ação judicial, fazer denúncias ao Ministério Público para que esse direito coletivo chegue a ser observado pelo Judiciário, que é uma força muito especial para o direito da pessoa com deficiência ocorrer. Na minha visão então é mais isso, a construção legislativa está ativa, mas a gente precisa que ela esteja funcionando, em uma forma mais de engrenagem. O Poder Judiciário, mais o Poder Legislativo, mais o Executivo, pensando em como efetivar esse direito, em políticas públicas que possam ser direcionadas para buscar a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência e trazer ela para exercer o seu direito de forma plena.

A Constituição diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Em relação as mulheres com deficiência, quais são os direitos já consolidados e o que ainda falta?

Com relação a saúde da pessoa com deficiência, eu acredito que legalmente falando nós já temos de tudo também. O Judiciário atualmente vem exercendo um papel muito importante para garantir esse direito, para garantir a efetividade desse direito, então para que consiga medicação, tratamento, transporte até o tratamento, a liberação do

trabalho para estar fazendo o tratamento. Até mesmo a gente tem visto que mulheres que têm filhos com deficiência, e eu vou um pouquinho além, elas têm condições de pedir o afastamento do trabalho, com ou sem remuneração, dependendo de qual é cargo que exercem, para cuidar do seu filho com deficiência, do seu ente com deficiência que está a seus cuidados. Então eu acredito que hoje, óbvio que ele não é natural, ele não é respeitado naturalmente, mas quando ele está sendo desrespeitado, a gente tem condição de ir até o Judiciário, o Ministério Público, o juiz, por meio de advogados ou não, dependendo do caso, da Defensoria Pública, e conseguir fazer com que esse direito seja definitivamente cumprido.

Obviamente que antigamente gente não tinha nada disso, o Judiciário tinha um desconhecimento total dos direitos da pessoa com deficiência, mas com a Convenção, com o Estatuto e a Lei Berenice Piana, eu vejo isso acontecendo muito mais no âmbito judiciário. Quer dizer, a família, a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência que se vê afrontada dos seus direitos, ela tem condições de chegar no Judiciário e ser ouvida de forma digna e ter obrigatoriamente o seu direito cumprido.

A Lei Maria da Penha criminaliza a violência doméstica e familiar contra as mulheres desde 2006. Em 2019, tornou-se obrigatório informar sobre a condição de deficiência da vítima nos boletins, qual é a importância dessa determinação diante do cenário de violência contra as mulheres?

Eu acho que é exatamente agregar a pena ou a atitude que o poder público vai tomar em relação àquela denúncia, pelo fato de que aquela pessoa está em estado de vulnerabilidade e a gente pensar também se aquele estado de vulnerabilidade que a pessoa se encontra, de onde ele vem, qual é a razão dele existir, como que eu posso fazer para ele não existir mais. Se eu não elimino essas barreiras atitudinais, eu não tenho como proteger o direito dessa pessoa, porque eu sempre vou estar de encontro com essas atitudes. A mulher com deficiência que chega ao poder público, ao dizer que tem uma deficiência traz uma vulnerabilidade extra, a necessidade um olhar diferente, porque há essa vulnerabilidade e o agressor se utiliza disso, isso vai aumentar pena, essa é a grande importância.

Hoje existem, por exemplo, projetos voltados a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência, tem inclusive um Coletivo Feminista só de mulheres com deficiência, alguns projetos do Estado voltados à pessoa com deficiência. Qual a importância dessas ações, na sua opinião?

Eu acho que a importância principal de tudo isso é levar a comunicação, levar a informação para sociedade, porque não é só a mulher, a pessoa com deficiência que precisa saber dos seus direitos, você eu, qualquer um em sociedade precisa. Então eu acho que a importância primordial de tudo isso é a informação, é isso chegar na sociedade, é a sociedade entender quais são os direitos e quais são as consequências de eu não respeitar esses direitos.

Entrevista com Giullia Crevellin

Fale um pouco sobre você e sua deficiência.

Sempre falo que a Giulia é uma menina mulher, muito tranquila, feliz, que gosta sempre de estar ajudando as pessoas, uma pessoa simples, sonhadora, divertida.

A Baixa Visão Congênita vem da minha família, no caso da minha tataravó e foi passando de geração em geração, sempre para a primeira filha mulher. Então no caso, a minha avó, minha mãe e eu. Quando a gente fala que é deficiente visual, a pessoa já pensa logo na cegueira, e não, existem três tipos de deficiência visual: a cegueira, a baixa visão e a visão monocular. Então, a minha é a baixa visão.

É muito difícil explicar para as pessoas como eu enxergo. Porque eu sempre vivi assim, eu nasci assim, então para mim não tem diferença. Mas a baixa visão é aquela pessoa que tem 30% de visão no seu melhor olho e ela consegue sim fazer algumas coisas sozinhas, mas tem outras ela tem dificuldade, por exemplo, eu posso te ver, mas não sei suas características, a cor dos seus olhos, a cor do seu cabelo, a gente às vezes confunde as cores, o azul escuro com o preto, o rosa com o vermelho e o laranja. Também posso ver uma escada, mas eu posso não ver um degrau. Não consigo ver nada que é grosso, sabe? Eu vejo como um vulto, por exemplo, mas só te reconheceria pela voz, por exemplo.

Quando você se alfabetizou em Braille? Como são os materiais adaptados?

Me alfabetizei em braille em 2017, no meio do terceiro ano do Ensino Médio, porque não estava dando mais conta de usar o caderno, mesmo que fosse um caderno adaptado e tudo mais, eu estava cansando muito e já estava perdendo boa parte do

pouquinho de visão que eu ainda tinha. Então, para manter esse pouquinho, comecei a utilizar o braille. E hoje é uma forma que eu utilizo de leitura e escrita.
O caderno adaptado é um caderno de pauta grossa e as linhas dele são bem grandonas e bem escuras, então dá para enxergar. E os livros têm a fonte, que a gente escolhe. No meu caso, eu sempre escolhi a partir do 40, então a fonte era bem grande e todas em negrito.

Eu uso uma lupa pedra, que aumenta 4x, e quando eu enxergava um pouco mais eu usava a telelupa para poder enxergar na lousa, para não depender de ninguém para ditar a matéria e tudo mais e hoje eu a utilizo para ir em teatro, cinema.

No celular, eu utilizo um leitor de tela, que no caso já vem no celular, que no meu caso é o voice over, então ele lê tudo para mim, menos imagens. Por exemplo, se você mandar uma figurinha ou um gif, uma foto, ele não vai ler. Ele faz tudo e com isso eu consigo fazer as mesmas que uma pessoa que enxerga normal. No computador, eu utilizo também um leitor de tela, no caso é o NVDA. Ele é gratuito, a gente pode baixar e também consigo fazer tudo com ele.

Como foi o seu processo de adaptação?
Eu costumo dizer que sempre estou em um processo de adaptação, porque a minha doença é degenerativa. Hoje eu tenho um pouquinho de visão, posso dormir e amanhã não ter nada. No começo, é difícil como qualquer coisa, mas nada que o tempo não faça com que a gente se acostume. E eu sou uma pessoa muito determinada, estou sempre buscando conhecimento, novas alternativas de fazer as coisas. Acho que a vida toda até agora foi um processo de adaptação.

Eu nasci com a cegueira e com quatro meses eu fiz uma cirurgia de catarata congênita e passei a ter a baixa visão. Mas é que antes eu não entendia, não sabia a forma de lidar e também não era muito falado, passei a entender isso um pouquinho mais velha. Hoje eu tenho 5% do olho direito e é como eu te falei, dá para ver luz, cores, vultos, depende do ambiente em que eu estou. É como se fosse quando você vai tomar banho e você liga o chuveiro no quente e fica o vapor dele todo no box ou no espelho. É daquela forma que eu vejo o mundo, vamos dizer assim.

No período escolar, lá na primeira fase, da primeira à quarta série, eu não entendia muito bem a minha deficiência. Para mim, não existia isso, mas já havia algumas dificuldades, às vezes de enxergar na lousa, de brigar por uma prova adaptada.

Depois, eu vou para uma escola que se diz pronta para receber alunos com deficiência visual, fui para uma sala de 30 alunos e eu e mais duas pessoas com deficiência visual. Lá eu comecei a entender o que era realmente a minha deficiência, de professores que preferiam que a gente não participasse das aulas, que a gente ficasse na nossa, que não levavam provas adaptadas, que não faziam que a gente participasse mesmo, sabe? Tudo era motivo de a gente ter que brigar, nós não tínhamos amigos, por exemplo, não tínhamos conexão com mais ninguém da turma. Lá para a sexta série começamos a depender que alguém ditasse o conteúdo da lousa para a gente, então tinham só três pessoas que se revezaram entre eles para cada um ditar uma matéria para um de nós. Então foi assim até a oitava série.

E aí na oitava entrou mais uma pessoa com deficiência visual, então eram os três meninos ditando para quatro pessoas que não enxergavam. A gente não tinha aulas, eu sempre eu fui uma pessoa que gostei de estudar e tinha problemas com professores que não queriam que a gente realmente participasse das aulas, que a gente ficasse no pátio ou qualquer coisa e também tivemos problemas com os alunos da sala, então eu fiquei durante um ano e meio lá, depois eu saí, fui pro SESI, que é uma escola particular.

Apesar de eles nunca terem recebido um aluno com deficiência visual, em menos de um ano a escola inteira estava adaptada as minhas condições, as minhas necessidades. Então tinha professores que estavam sempre dispostos a aprender, colegas de turma que estavam sempre comigo, uma sala de informática que tinha um computador adaptado, um teclado adaptado, então eu só encontrei inclusão mesmo, vamos dizer, no SESI. Então foi tudo muito difícil e hoje eu não estudo, não estou na faculdade, mas pretendo.

E como foi sua passagem pela Adevirp?

Passei pela Adevirp de 2009 a 2017, mais ou menos, quase 10 anos de instituição. Quando eu entrei na Adevirp, em 2009, foi uma experiência muito legal, porque até então eu achava que era a única que não enxergava ou que tinha baixa visão e conhecer pessoas iguais a mim foi uma experiência incrível. Eu aprendi muito dentro da Adevirp, como mexer em computador, de ter assistência com os leitores de tela. Tinha aulas de dança, o esporte adaptado, que era uma coisa que eu não fazia na escola, as aulas de educação física, a natação. Lá eu aprendi a ter uma vida independente, a gente tinha um estúdio em que apresentávamos programas de rádio.

Voltei para lá como voluntária para poder auxiliar na biblioteca, e participar de rodas de conversa com pais e mães que estão recebendo a notícia do diagnóstico de seus filhos agora, mostrar para eles que quem limita não é a deficiência, mas a sociedade. Está sendo uma experiência bem legal e estou fazendo algumas aulinhas também, como a do sistema braille e de informática, que é sempre bem-vindo.

O convite veio da dona Marlene e no começo eu não queria muito, porque acho que tudo na vida tem começo, meio e fim, e aí eu não queria, mas ela me convenceu e eu fui. Hoje eu estou na biblioteca junto com a Paula, que é a professora responsável por lá, e auxilio os alunos na escolha de livros, a gente faz aulas de interpretação de texto, soletrando, e coisas que os alunos pedem que a gente traga relacionada a literatura, conhecimentos gerais e tudo mais.

E também com a psicóloga, a Nadine, participo dessas rodas de conversa com os pais para mostrar que a deficiência nunca foi o problema, tudo bem você ter uma deficiência, ela não vai te limitar, desde que você encontre possibilidades, desde que você dê possibilidades para seu filho. Ele só não enxerga, mas pode ter uma vida normal, então essa é minha conversa com os pais e é sempre bom levar conhecimento para as pessoas. Eles ficam tristes justamente pela falta de conhecimento, porque como eu falo, durante a gravidez é sempre “Tomara que venha com muita saúde, perfeito”, só que aí às vezes nasce e não é isso. E aquelas pessoas que te apoiaram tanto durante a gravidez, são talvez as primeiras que viram as costas para você. E o que esses pais precisam no momento de um diagnóstico é de um apoio emocional, moral e é isso que eu tento fazer.

Fale sobre a sua página no Facebook. Como surgiu? Qual é o objetivo?

Minha página é um cantinho onde eu compartilho textos, às vezes algumas imagens, contando um pouco da minha história e da minha experiência com a deficiência visual, curiosidades relacionadas a isso também, que muitas vezes as pessoas não têm conhecimento. Eu sempre gostei de escrever muito, sempre falo que a minha melhor forma de comunicação é a escrita, porque eu escrevo melhor do que falo, então por que não começar com uma página, né? Tanto é que eu não via muitas pessoas com deficiência com lugar de fala, tendo visibilidade, espaço na internet e quando eu fui procurar sobre o assunto da baixa visão, eu acho que tinha só duas pessoas que falavam sobre o assunto e foi aí que pensei em começar.

Então conversei com minha mãe e nós decidimos fazer isso juntas, só que aí ela começou a trabalhar e eu assumi a página. Veio daí a ideia, da falta de representatividade, da falta de informação, de ter uma página e apoiar outros pais, professores, porque recebo muitas mensagens. A recepção do público é muito boa, porque é essa coisa de desmistificar a deficiência. Quando as pessoas veem que eu estudei, que eu tenho uma história, que a minha deficiência não me representa, de que dá para ter vida após o diagnóstico, as pessoas sempre veem minha história como um exemplo de superação e dizem “Nossa, eu quero fazer com meu filho assim”, “Me ajuda a incluir os meus alunos em sala de aula, já que você não teve, o que você gostaria de ter?”. São comentários assim que me deixam muito feliz.

Eu, Giullia, não imagino mais minha vida sem a minha deficiência. Se fosse para escolher nascer de novo, escolheria nascer da mesma forma que eu nasci, viver tudo o que eu vivi, então eu não mudaria nada na minha história, até o momento. É gratificante poder compartilhar minha história com as pessoas, justamente por conta da representatividade e desmistificar realmente a pessoa com deficiência. Sou muito grata a tudo o que a página vem me trazendo, os conhecimentos, as experiências. Gosto muito de compartilhar tudo com as pessoas em relação a minha vida.

E você ministra palestras também, certo?

Eu trabalho como palestrante, dou palestras para alunos do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, universitários, empresas. Atualmente fiz uma palestra no SENAC falando sobre a mulher com deficiência e foi uma experiência bem bacana, porque foi com alunos entre 15 anos e 20 anos, então foi uma troca muito grande. Esse foi um convite que recebi para participar de uma semana que eles falam só sobre mulheres.

Gosto muito de fazer isso, porque eu sou dessa área de comunicação. Eu gosto de conhecer pessoas, de levar minha história, isso desde muito cedo. Eu gosto de um palco. Normalmente falo para pessoas sem deficiência nessas palestras, então eu levo minha história mesmo. Durante as palestras normalmente eu faço algum tipo de brincadeira, de vivência, para que eles possam sentir, entender o que eu passo. Na verdade, eu nunca dei palestras para pessoas com deficiência, isso é um fato curioso. Os convites normalmente vêm através das minhas redes sociais pessoais, como Facebook ou Instagram, ou através da página mesmo. A página deu muita visibilidade ao assunto, é uma fonte de pesquisa hoje.

Fale um pouco sobre sua história com o teatro.

Minha história com o teatro começou lá em 2009, 2010, quando a dona Marlene, que é a presidente da Adevirp, convidou a gente, eu e meu irmão no caso, para fazer parte de uma matéria da Rede Globo, do Criança Esperança. Gravar aquilo foi tão legal, uma experiência tão bacana, que eu saí da gravação, que foi em um sítio aqui na região de Ribeirão e falei: “É isso que eu quero para a minha vida”. Disse então para minha mãe que eu queria fazer teatro. Ela disse que eu estava ficando louca, por que como uma pessoa que não enxergava ia fazer teatro, estar em um palco?.

Ela marcou uma aula experimental no TPC e fomos lá conhecer. Lembro que já havia uma turma formada, e eu estava sendo a última pessoa a entrar na turma, e aí foi uma conversa com meu diretor e minha mãe na frente de todo mundo. A partir daí foram seis anos nos palcos, aprendendo no curso e criando personagens, uma experiência incrível. No começo, eu me sentia muito nervosa, porque é uma responsabilidade muito grande, a pessoa está pagando para te assistir, te escutar, entender a história. Era muito bacana deixar a Giu de lado e vivenciar outra coisa.

Sempre tive uma facilidade para decorar o texto, porque eu sou uma pessoa que tem uma memória muito boa. Os textos vinham todos adaptados, eles eram ampliados ou então o pessoal gravava em áudio para mim.

O teatro me ajudou muito a quebrar várias barreiras. Costumo dizer que no teatro não há preconceito, as pessoas que ali estavam, não me viam como uma coitada, me viam como a Giullia, a menina, a mulher Giullia. O teatro também me trouxe muito conhecimento, um empoderamento, a capacidade de dar voz às pessoas esquecidas. O teatro também me ajudou na timidez, em conviver melhor com a sociedade.

Você também faz aulas de sapateado. Fale sobre sua relação com a dança.

Eu sempre fui apaixonada pela dança, sempre fiz aulas de dança, mas dança de salão, desde que eu tinha uns sete, oito anos. Aí parei com a dança de salão quando saí da Adevirp e queria me aventurar em outra modalidade de dança, mas eu queria o sapateado. Eu gosto muito do sapateado por conta do barulho, então isso me fascina, o barulhinho dele. Não foi um processo fácil no começo, de pesquisa de escolas que pudessem me aceitar aqui em Ribeirão. A gente pesquisou, eu ligava nas escolas e falava que era deficiente e eles falavam: “Para você não tem vaga”. Até que a gente encontrou uma escola e a pessoa disse que não tinha vaga, aí pedimos para

meu primo entrar em contato, perguntar se realmente não tinha vaga ou se era só porque eu tinha uma deficiência. Então ele ligou e a vaga existia.
Ficamos muito revoltados, até que minha mãe decidiu ir para as redes sociais escrever em um grupo de mulheres para ver se elas conheciam alguém que dava aulas de sapateado, mas que fosse para uma pessoa com baixa visão. Aí apareceram duas pessoas indicando, entramos em contato com as duas e acabamos escolhendo a Amanda, que falou: “Eu nunca tive uma experiência com uma pessoa com deficiência visual, na verdade, com nenhuma deficiência, mas estou disposta a aprender muito”.

A Amanda tem toda a paciência do mundo, porque o meu processo de aprendizado é muito diferente do das outras pessoas. Eu costumo dizer que hoje eu faço certo, mas se eu demorar um pouco para praticar, amanhã eu já tenho que reiniciar todo o processo, então está sendo uma experiência muito incrível, está me ajudando muito em todos os sentidos.

Eu vejo o sapateado como uma libertação, mas a gente faz alongamento no começo da aula, e eu tenho muita dificuldade com o equilíbrio, então eu faço o alongamento com a ajuda da barra, que é aquela utilizada no balé clássico. Depois nós passamos para coisas básicas no sapateado, que são passos que precisamos sempre praticar, porque são fundamentais no sapateado e esses também eu faço com a ajuda da barra, me apoiando na barra. E depois a gente vai para a prática mesmo, que aí eu faço com a ajuda da Amanda, sempre segurando na mão dela, até pela questão de ela me guiar e questão para eu não cair também.

Eu sempre falo que a dança traz autoestima, um certo empoderamento. Me sinto muito especial quando estou dançando, estou nos palcos. Teve um festival e foi muito bacana ver o quanto um processo ele pode demorar, o quanto ele é difícil para mim, mas que no final, sempre dá certo, basta eu me dedicar a isso. Então a dança quebra essas barreiras, esses preconceitos que eu tenho em relação a mim mesma.

O barulhinho do sapateado me ajuda muito e às vezes a professora e as minhas colegas de turma ficam até impressionadas, porque a Amanda reproduz um som e eu já sei qual é só pelo barulho. Então eu costumo dizer que o barulho me guia, são meus olhos. Hoje a minha relação com os palcos é ainda mais importante para mim por conta da diversidade. Na questão da dança, os pais e familiares de alunos que estavam ali sabem da minha história, sabem que eu sou uma pessoa com deficiência

visual, então a questão da representatividade, de ter uma menina que não enxerga dançando, conseguindo fazer tudo certinho. Eu amo e se tivesse um lugar para mim morar seriam os palcos.

E qual é seu maior sonho?

Meu maior sonho é ter um cão guia. Estou fazendo inglês, pretendo ficar fluente, para tentar conseguir realizar esse sonho lá fora, porque no Brasil é muito difícil. Esse sonho veio depois que eu comecei a utilizar a bengala, em 2018, que ajuda muito, mas também limita. Antigamente as pessoas viam a Giullia, agora elas veem a deficiência, depois a Giullia e o cão guia pode me trazer isso de volta, de as pessoas me enxergarem primeiro como ser humano, depois enxergarem a minha deficiência, que é como hoje acontece. E o cão auxilia na mobilidade, dá mais independência, então esse é meu maior sonho no momento, tenho isso como uma meta de vida.

Você encontra acessibilidade na sociedade?

É muito comum que as pessoas digam que não sabem lidar com a minha deficiência e sempre respondo que quem tem que saber lidar sou eu, as pessoas têm que saber lidar comigo enquanto uma pessoa. O ser humano vem a frente da deficiência, então as pessoas não precisam aprender a lidar com a minha deficiência, elas têm que aprender a lidar comigo como pessoa, depois vem a deficiência.

Um recado que eu gostaria de deixar para as pessoas é que elas comecem a enxergar mais a gente como um ser humano, porque como eu sempre falo nas minhas palestras, eu tenho dois rins, um pulmão, um estômago, um coração e esse coração é como o seu, ele também tem sentimentos, então eu sou uma pessoa de carne e osso, que tem sentimentos. Eu sou uma mulher, e gostaria que as pessoas realmente enxergassem isso e não a minha deficiência na frente, acho que assim elas irão entender realmente sobre a minha vida e o que eu passo.

Minha deficiência não me define, mas muitas vezes acabo sendo definida por ela. Sou uma pessoa, não uma deficiência, mas muitas pessoas ainda insistem em dizer que eu sou uma deficiência. Ninguém é deficiente, lugares, esportes, a literatura, os livros, os filmes, as pessoas não. Eu tenho uma deficiência, ser e ter são coisas diferentes.

Entrevista Júlia Milograna

Júlia, você é daqui de Ribeirão Preto?

Não, eu sou nascida em São Sebastião do Paraiso, Minas Gerais.

Fale um pouco sobre você e qual é a sua deficiência.

Meu nome é Júlia Ribeiro Milograna, tenho 33 anos, e eu estava até perguntando para o meu pai, acho que eu não sei o que eu sou. Eu sofri um acidente e fiquei tetraplégica, mas eu tenho sequelas de hemiplegia, metade do meu corpo tem menos movimento, eu não tenho muito movimento na mão, na perna, mas no lado esquerdo eu tenho todos os movimentos, mas com um déficit de força. É uma tetraplegia porque eu tive um acidente que eu quebrei a C5 e a C6, então eu tive lesão em tudo, do pescoço pra baixo, mas eu consegui me recuperar e fiquei com sequelas de hemiplegia. Atualmente moro em Ribeirão, trabalho no fórum, prestei concurso em 2013 e foi quando eu me mudei para Ribeirão e eu estou aqui desde então.

Eu tive esse acidente com 13 anos, inclusive, no momento eu estou no rancho, a gente estava aqui e foi sentido para Paraiso, bem na saída aqui que o carro capotou e foi aí que aconteceu, que eu quebrei o pescoço.

Como isso foi contado para você?

Eu acho que a ficha vai caindo a ficha aos poucos, sempre tive muito incentivo das pessoas, dos meus pais, dos meus amigos, muito apoio de todos os lados. Como criança, eu não tinha exatamente noção da gravidade daquilo. Até que a minha recuperação foi rápida, sofri o acidente dia 30 de setembro de 2001, operei em outubro, depois fui para Belo Horizonte, fiquei lá um tempo e fui conseguindo me recuperar, fiquei um tempo na cadeira de rodas, no ano seguinte eu já conseguia com o andador. Voltei para a escola, não perdi o ano porque foi a mesma nota do terceiro bimestre, então eu passei de ano e foi indo aos poucos assim.

Eu estava lembrando que está muito em questão essa coisa do capacitismo hoje em dia e eu tenho refletido muito sobre isso porque a gente é objeto de estudo do capacitismo, mas também somos sujeitos, eu estou inserida em uma sociedade capacitista, então muitas vezes eu fui capacitista comigo mesma. E eu lembro também de um professor que uma vez chegou para mim logo no início e perguntou: “Você acha ruim te chamarem de deficiente?”. Eu acho que foi ali a primeira vez que eu me deparei com isso, que eu era uma deficiente, não tinha caído a ficha de que agora eu era diferente. Hoje eu penso que a pergunta talvez não tenha sido para me fazer sofrer,

mas naquele momento ela não foi apropriada, mas eu acho que talvez tenha sido naquele momento que eu me dei conta.

A deficiência não é uma coisa que a gente olha e acha que é só fisicamente, por fora. Eu tive um impacto no meu diafragma, no meu esfíncter, na minha bexiga, tudo mudou, eu tenho bexiga neurogênica e eu tinha que passar sonda na época quatro vezes por dia, depois foi diminuindo, mas eu tinha muita infecção urinária, precisava fazer muito xixi e tinha que ficar pedindo para o professor para sair.

A escola não era adaptada, nunca tinha tido uma criança com deficiência, então eles adaptaram mais ou menos, me colocaram em uma sala de aula do lado da sala dos professores, que era minúscula. Apesar de todos os alunos me darem muita força, os amigos, eu tive uma grande acolhida com todas as dificuldades, todo mundo te vê meio que como um ET, uma coisa diferente, curiosa e as pessoas não sabem como se aproxima, o que fala, o que conversa, e foi assim.

Minha adolescência foi bastante conturbada internamente, levei muito a sério as coisas, eu fazia muita fisioterapia, academia de manhã, depois fazia mais duas horas de fisioterapia por dia, depois ia para a terapia ocupacional, fiz hidroterapia, fiz equoterapia. Minha adolescência eu passei dentro de clínicas, não participei de nada, tinha as vergonhas ainda de um adolescente sem deficiência, então não queria sair, ficava muito em casa e aquela coisa: “Vou sair de andador? Como que eu vou para um barzinho de andador?”.

Então essa parte da adolescência foi meio que postergada para eu me desenvolver como mulher, namorar, tudo mais tarde, foi tudo muito deslocado e eu sinto esses reflexos até hoje, com 33 anos eu ainda tenho esses resquícios de uma adolescência mesmo retardada, uma coisa que eu não passei. Mas eu acho que eu fui muito firme, só que aí vem aquilo de as pessoas acharem que você é sensacional, uma superação. Sempre ouvi muito isso: “Ah, ela não chora, ela faz tudo”. Tinha momentos que eu chegava, entrava no quarto e chorava duas horas, me acabava, mas a maior parte do tempo eu era um exemplo, falava que ia fazer algo realmente e eu fazia. Hoje, depois de anos que as pessoas falam disso, eu percebo o quanto pode ser prejudicial essa pressão das pessoas, ou só enxergar o deficiente como uma pessoa incapaz.

A sociedade enxerga você como incapaz e as pessoas ao seu redor te enxergam como se você fosse um super-herói, é exatamente assim que acontece. Aí é tudo, tirei

carta: “Você dirige estrada? Como você dirige?”. Como deficiente, também fico perdida nisso, porque às vezes você se acha realmente uma pessoa sensacional, e às vezes se você não consegue fazer uma tarefa, se baseia sempre na deficiência e fala: “Porque se eu não fosse deficiente eu estaria fazendo esse mercado de boa”, então é muito complicado você se colocar no lugar de não deficiente, porque você vai sempre se basear com a deficiência.

Você disse que teve uma época que você usava cadeiras de rodas, hoje como está isso? Ainda utiliza cadeira de rodas?

Atualmente eu ando, com dificuldade, tenho uma bengala que eu uso mais quando eu vou sair sozinha, ou em uma loja, vou andar na rua, no mercado, mas em casa eu não ando de bengala, eu ando sem, às vezes eu vou carregar uma coisa e me apoio na parede, mas normalmente eu ando sem, consigo andar sem. Eu tenho uma órtese na perna, porque o meu pé não levanta, então eu uso. Consigo andar sem também, mas eu arrasto a ponta, eu caio, então ando com essa órtese normalmente, é mais fácil.

Você comentou que se sente muito sozinha por não conhecer a história de outras mulheres com deficiência, não ter esse espelho. Seria essa a palavra?

Eu acho que não só conhecer, mas conhecer de verdade o que se passa na cabeça delas, quais são as dificuldades delas, se são as mesmas minhas, por exemplo, como é a sexualidade de uma mulher com deficiência? É uma coisa que eu fui aprendendo sozinha e foi muito difícil para mim, então desde namoro até ter uma relação sexual, você não sabe como vai ser e você vai em médicos e os médicos também não sabem direito, então você não tem essa troca, fica muito perdido.

Por exemplo, na questão da maternidade, eu estou em uma época que eu tenho um namorado, se eu for querer ser mãe, eu já procurei na internet, você não acha, você coloca mães deficientes, você acha só mães que tem filhos com deficiência, mas você não acha nenhuma referência para você saber como é o parto, como foi a gravidez de uma mulher com deficiência, como é depois, por exemplo.

Nunca fui em médico deficiente, em um fisioterapeuta deficiente, nunca tive um professor, uma professora deficiente. Como toda menina, eu gostava de fotografar, essas revistinhas da cidade, tinha essa coisa de modelo, mas você não vê modelo deficiente, você não vê modelo em uma passarela, mesmo que em cadeira de rodas. Ou então você vê programas para mulheres, pessoas com deficiência, um ensaio

fotográfico com a pauta em questão, mas você não se vê inserida numa sociedade, fazendo normalmente, é muito difícil.

Uma vez eu fiz um ensaio fotográfico, foi logo que eu mudei para Ribeirão, eu li o livro da Mara Gabrilli e a história dela é muito parecida com a minha, também um acidente de carro. Acho que ela tinha 25 anos e na capa tem um ensaio fotográfico e depois que eu li esse livro eu falei: “Eu posso fazer”. Era uma coisa que eu sempre quis, tive vontade, porém você não tem referência, e internamente você acha que não pode, que vai ficar feio, a estética vai ficar feia. Acho que falta muito uma inserção da pessoa com deficiência, como um todo, homem e mulher, acho que mulher um pouco mais.

Essa discussão toda reflete muito a falta do Poder Público na inserção de nós deficientes na sociedade. Por exemplo, quando eu morava em Paraiso, eu fazia faculdade, eu trabalhei na Justiça Federal, que era um prédio alugado e provavelmente eles nunca me colocariam para trabalhar com o juiz, porque eu teria que subir escada todo dia, hoje já mudou o prédio. Depois eu fui trabalhar na Promotoria, no Fórum, que era em outro prédio, lá também tinha umas varas que não tinha elevador, mas também já mudaram o prédio.

A Prefeitura da minha cidade também não tinha elevador, então quando eu sofri o acidente, havia um projeto da escola que a gente tinha que escrever um livro, eu escrevi sobre o meu acidente e fui premiada, meu livro foi premiado. Acho que eles fizeram 100 tiragens do livro e tinha a noite de autógrafos e foi na prefeitura. Minha primeira aparição após o acidente foi nesse evento e eu não pude estar lá em cima, tive que ficar em saguão lá embaixo, que era saída, porque não tinha elevador no lugar. Então, começa tudo daí sabe, do poder público ignorar sua existência.

Hoje em dia o Fórum tem rampa, mas quem está na cadeira de rodas tem que ter uns músculos, um bíceps gigantesco para poder subir. Já vi gente subindo, mas é difícil. Tem elevador, mas é longe, e eu também penso nas pessoas que tem outras deficiências, agora também estão construindo um elevador, mas eu penso que as mudanças sociais são muito recentes. Na minha época, há 20 anos, não era assim, era pior. Inclusive agora a prefeitura de Paraíso tem um projeto de elevador, que foi o elevador da minha casa, mas acho que falta muita coisa e aí é tudo, cinema, teatro, escola. Temos que ter muito cuidado com isso, né?

Gostaria que você falasse um pouquinho sobre quais são as dificuldades que você, uma mulher com deficiência enfrenta, e por exemplo, no que ela é diferente daquilo que eu enfrento, por exemplo?

Eu sabia que você ia me perguntar isso, mas fiquei muito na dúvida, porque eu não tenho muita referência de saber o que as outras mulheres passam. Mas considerando que as mulheres já têm uma desvantagem, acho que para a deficiência é uma coisa dobrada, não ser levada a sério nunca, mas é uma coisa que não é explicita. Por exemplo, tinha vaga de assistente e eu falei que eu tinha interesse e tinha outro menino que disse depois que tinha interesse também e ele foi escolhido, eu nunca vou saber dizer se é porque eu sou mulher, se é porque eu sou deficiente, ou se é por causa de outra coisa, entende? Não é explícito.

Todos os foras que eu já tomei na vida eu não vou saber dizer se é porque eu era deficiente ou não, você entende? Mas eu acho que tem muito isso, o acesso é muito pior, para ocupar cargos de liderança, para ser ouvida. Talvez em outros aspectos eles deem mais uma colher de chá, penso eu. Se eu não quiser ser mãe, as pessoas não vão questionar, como costumam fazer, vão falar “Ela é deficiente, não quer ser mão porque é deficiente”, eu imagino. Ou então se eu resolver ser mãe, talvez seja até pior: “Será que ela conseguir? Ela ficou grávida, como vai fazer?”.

O meu objetivo é até não falar só sobre a deficiência. Queria que você falasse um pouquinho sobre você.

Eu sou uma pessoa, muito feliz. Acho que graças a Deus eu tive muitos recursos na minha vida para ser uma pessoa bem trabalhada, emocionalmente falando, e talvez seja do meu temperamento não levar as pessoas muito a sério, não dou muito ouvidos. Sou muito ligada a artes, gosto muito de música, canto no coral, gosto de pintar, bordar, fazer coisas de artesanato. Agora eu estou fazendo uma psicoterapia do movimento e está sendo muito legal, pela primeira vez eu botei meu corpo para mexer sem ter a intenção de reabilitação, algo que está sendo muito interessante.

Entrevista Paloma dos Santos

Fale um pouco sobre a deficiência e sua trajetória na arte.

Vou contar sobre minha deficiência antes de falar sobre a minha arte, porque elas caminham meio que juntas, apesar que não muito. Eu nasci com uma deficiência congênita, só que ela foi se agravando. Eu não nasci com diagnóstico fechado, mas

fui desenvolvendo as coisas pelo caminho, então quando era criança eu não apresentava nada. Andei por muito tempo, só que com 6 anos eu comecei a andar nas pontas dos pés e depois dos 17, 18 anos eu comecei a andar de muletas. Com 22, eu comecei a andar de cadeira de rodas. Foi um processo que foi se estendendo, então nem sempre eu me senti, me identifiquei com uma pessoa com deficiência, até porque eu tinha essa passabilidade, que é uma coisa horrorosa.

Eu nem sempre senti a discriminação, minha infância foi um momento bom de lembrar, passei um pouco ilesa por ela, mas fui sentindo a pressão aumentar com a minha deficiência piorando. Quando eu tive que migrar para as muletas, eu ainda não conseguia me ver nesse lugar de pessoa com deficiência. Esse processo demorou muito porque eu não via, não havia nenhuma discussão sobre isso ao meu redor e na internet. O lugar que eu via pessoas com deficiência era no hospital, e era muito impessoal, então não tinha essa discussão.

Sabia que me encaixavam, as pessoas me viam, me colocavam nesse lugar, mas eu tinha essa dificuldade de me colocar nesse lugar. Mas aí eu entrei na faculdade de artes, eu não era uma criança talentosa, não desenhava bem, e fui descobrindo isso ao longo do caminho. Foi algo que eu aprendi a gostar de fazer e entrando na faculdade de artes, logo eu me tornei cadeirante e aí foi um boom de processo.

Eu já estava experimentando ali e queria mostrar o que eu estava fazendo e, ao mesmo tempo, senti que toda a minha vivência e as minhas pressões, todas as violências vieram ainda mais fortes do que em qualquer outro momento. Isso me deixava muito inquieta porque eu ainda não tinha com quem conversar sobre isso, e aí eu ficava frustrada com as coisas, com a falta de acessibilidade nos lugares e eu não sabia onde colocar isso.

Um dia eu saí com amigos, a gente estava andando pela rua aqui no bairro e a gente teve que sair da calçada e ir para rua, porque a calçada tinha um poste no meio dela e ela era bem estreita e fiquei bastante brava porque eu senti que era uma violência com meu corpo. Era micro, mas agora elas eram cada vez mais presentes e aí eu tive essa epifania nesse dia e fiz um desenho sobre isso, me desenhei esmagando a cabeça de um homem, que seria a pessoa que colocou o poste ali, provavelmente. Compartilhei na internet me senti muito acolhida, foi esse o meu boom: “Nossa, eu posso compartilhar as coisas da minha vivência, as pessoas podem escutar, tenho

mais liberdade e ao mesmo tempo eu posso encontrar outras pessoas que também passam por isso. E aí eu comecei, no início era muito pessoal e agora é um pouco menos, mas ainda tem a intenção.

Então quando criança você não desenhava?
Não, não fazia nada de muito legal, muito espetacular, infelizmente. Era bem básico.

Você ilustra muitas mulheres e eu vi um textinho seu que você fala que você se encontrou ilustrando mulheres. Por que você começou a ilustrar mulheres?
Além de eu ter muita dificuldade em desenhar homens, tinha essa coisa de querer ver um pouco de mim, colocar o que faltava, porque agora a gente vê um pouco mais, mas não tinha nada na mídia. Cadê as pessoas com deficiência na mídia, na arte? Depois que eu fui descobrir que Frida Kahlo e Anita Mafaltti eram mulheres com deficiência, então tinha muito disso. Eu queria desenhar mulheres, mostrar que eu existia, que a gente existia, deixar isso visível. Não era autorretrato, mas era um pouco de mim, então era por isso que eu me identificava.

Sua arte chamou atenção porque eu vi esse corpo com deficiência, que é algo que a gente quase não vê na arte.
Sim, e veio dessa frustração mesmo, olhar os ilustradores, a arte, ir aos museus e não se ver ali, não é possível que a gente não tenha existido em nenhum momento. Então é meio que é uma raiva que te instiga, a criar mesmo, trazer para frente essa minoria que ainda anda tão marginalizada.

Você vem desde o início com essa ideia de mostrar a mulher, o corpo com deficiência ou foi uma coisa que você foi desenvolvendo ao longo do tempo?
Foi uma coisa mais crescente, quando eu criei o meu perfil de artes eu só desenhava e tinha entrado na faculdade de artes, era para postar o que estava fazendo, experimentar, estava nessa coisa bem nova mesmo. Eu desenhava, tinha acabado de entrar na faculdade de artes, e aí foi crescendo, eu tive essa transição da cadeira de rodas e conforme eu fui vendo que isso é tão necessário, eu fui me sentindo tão acolhida, e isso foi ganhando mais força, fui fazendo e estou aqui.

Você disse que no começo era mais pessoal, mas ainda tem um pouco de você. Até onde tem um pouquinho de você nela?
Então, eu acho que hoje tem mais de mim na intenção, porque eu ainda carrego essa necessidade de me ver um pouco e ver outras mulheres com deficiência na minha

arte. Antes era mais pessoal porque eu estava frustrada, inquieta, precisava vomitar as coisas, falar para as pessoas, ver que eu não estava sozinha. E agora não, é mais calmo, de vez em quando vem a Paloma brava, mas eu acho que agora é menos raiva e mais estado, tem menos sentimento.

Recebo muitos feedbacks e são muito importantes, de essas mulheres se verem, conseguirem se identificar, tem muito afeto de as pessoas conseguirem se ver, porque ainda é raro. É bem triste, mas é raro.

Conte um pouco agora sobre como foi seu curso, as suas experiências lá.

Na parte artística, de relações pessoais, amigos, foi lindo, maravilhoso. Eu me encontrei de verdade, me descobri muito, foi uma troca de muito conhecimento e experimentação. Mas ao mesmo tempo eu passei muita raiva com acessibilidade, inclusive eu fui parar no G1 por conta disso. O elevador não funcionava, era uma briga de anos já, e tinha uma aula específica de cerâmica que tinha que ser naquele prédio, naquela sala. E eu subi, mas o elevador não estava funcionando e os bombeiros tiveram que me carregar para o andar térreo. Minha amiga fez um vídeo, porque eu chorei horrores e aí viralizou, a faculdade resolveu o problema do elevador e ele nunca mais pifou. Eu era a única da turma que era mulher com deficiência, também havia poucas pessoas com deficiência, então nesse sentido foi bem puxado.

Já aproveitando, você já enfrentou alguma barreira ou preconceito por conta da deficiência na arte?

Não sei se preconceito, se for, é velado, mas as barreiras são muito físicas. Eu já fiz feira em locais que tinha elevador, mas estava quebrado, e eu tive que me virar. Já tive minha arte em lugares que venderam minhas coisas, mas eu não consegui entrar porque só tinha escada. Minha arte foi para o metrô de são Paulo e estava em um lugar que eu não conseguia ver por que era escada, então tem essas barreiras muito físicas. É muito isso, você quer incluir mulheres com deficiência, mas não tem a preocupação com o lugar ser acessível. Uma coisa que lembrei agora também é que eu ainda sou chamada para falar sobre essas pautas, no sentido de vou contratar a Paloma para ela ser a cota da inclusão, para falar que temos uma artista com deficiência, ainda tem isso, é a única coisa que eu sinto. Eu sempre sei quando sou a cota da inclusão e quando o festival é realmente inclusivo.

Você disse que demorou para se reconhecer como uma mulher com deficiência, o que seria se reconhecer uma mulher com deficiência nesse contexto?
Eu diria que está para o lado de você saber que tem direitos, porque eu não sabia e do empoderamento que tem esse encontro. As coisas começaram a fazer mais sentido quando eu entendi que era uma mulher com deficiência, então todas as coisas que eu passei foram por isso, então foi mais nesse sentido de encontrar esse lugar, fez as outras violências que eram ok fazerem mais sentido.

Quais são as suas inspirações na arte?
A primeira é a Frida Kahlo, e mais recentemente descobri que a Anita Mafaldi também é uma mulher com deficiência, estou estudando ela e amando demais. Tem Nina Satti que é uma mulher incrível, tem Limão com Vodka, que é o @, que também é incrível.

Você conheceu outras mulheres com deficiência artistas?
Sim, agora que estou conhecendo, de uns dois anos para cá. É muito apagado, está na história, mas tenho conhecido cada vez mais, o que é muito bom.

Em sua opinião, qual é a importância que essa representatividade e visibilidade que sua arte traz? Não só a sua, mas todas as artes que trazem a inclusão?
Eu acho que está na própria palavra, de conseguir se ver mesmo, e sentir vista, incluída, exposta. No caso da Anita Mafaltti, eu estudei a Semana de Arte Moderna de 1922 várias vezes e que diferença incrível que ia fazer eu saber que uma mulher do tamanho dela tinha uma deficiência? O quanto isso ia me impulsionar? Não me impulsionou porque ninguém me contou, então eu vejo dessa forma, é bom saber que tem outras pessoas, que é possível.

Sobre essa questão da visibilidade, fale um pouco sobre o objetivo do seu trabalho e sobre a importância dele, o que sua arte representa nesse sentido.
Tem o fato de ser um protesto, um manifesto, de ser um pouco da minha voz, de ela falar por mim, quando eu não quero falar nada. Tem essa veia da representatividade, de querer que pessoas como eu se sintam incluídas, vistas.

O que me chamou muita atenção foi seu traço, você pode falar um pouquinho sobre seu estilo de arte?
É um pouco difícil falar dele, porque é indefinido e está sempre em constante mudança. O que eu tenho como vetor é a ilustração digital, mas eu não me apego, é

algo que pode mudar a qualquer momento, porque uma hora eu posso virar e falar: vou pintar quadros, pode acontecer. Mas hoje eu trabalho só com ilustração digital.

Eu percebi que você aborda muito a questão da sexualidade, do corpo da mulher com deficiência. Vi o material do Coletivo Helen Keller, que você também faz parte, e elas também abordam muito isso. Qual é a importância de abordar esses assuntos, principalmente por meio da arte?

Eu acho que é naturalizar, nesse sentido a gente ainda não saiu do básico e ainda estamos tentando explicar para as pessoas como se fosse o cúmulo, então é mais de visibilidade. Acontece muito e é pouco cansativo.

Entrevista Sara Ribeiro

Sara, antes de tudo, eu gostaria que você se apresentasse e falasse sobre sua história no Coletivo Helen Keller.

Meu nome é Sara, eu tenho 28 anos e eu moro na Irlanda, sou formada em Direito mas não quis advogar, eu só me formei por pressão familiar. Eu me tornei mulher com deficiência com 18 anos, quando estava indo para a faculdade fui atropelada por um caminhão e tive minha perna amputada. Eu uso uma prótese abaixo do joelho, então eu tenho uma deficiência física. Minha vida virou do avesso, tem o antes e depois do acidente, mas passei a me sentir mais livre, acho que é porque eu quase morri, então tive coragem de investir nos meus sonhos, de escrever.

Não me reconhecia como pessoa com deficiência, teve um longo processo, não gostava de falar a palavra deficiência, mas sentia que precisava falar mais sobre o que aconteceu comigo, me posicionar. Usava calça larga, não falava para todo mundo que eu usava prótese, só para pessoas que conviviam comigo, meio que tive um processo de sair do armário com minha perna. Um dia eu achei um texto que falava sobre a Frida, eu vi o filme da Frida, mas não sabia que ela usava prótese, aí eu descobri e falei: “a Frida Kahlo é uma mulher com deficiência”. Eu não fazia ideia, mas se a Frida Kahlo era uma pintora e tinha uma prótese, está tudo bem então, eu também tenho uma prótese e escrevo.

Lá no Coletivo, conversei com essas mulheres com deficiência, pude falar sobre coisas que normalmente eu não falava com meus amigos, e senti que eu estava no meu lugar, e aí passei a me reconhecer como mulher com deficiência e ativista. Foi a primeira vez que tive contato com outras pessoas com deficiência, sem ser eu mesma.

A partir desse coletivo, criei um grupo de escrita de mulheres com deficiência, a gente está produzindo uma coletânea de poesias, não só poesias, diversos textos com nosso protagonismo de mulher com deficiência. Acabei de publicar um livro de poesia também, o primeiro livro de autoria própria.

Qual é a importância dessa inclusão na literatura?

Não encontro nenhum livro que o protagonista tenha uma deficiência, tem alguns, mas são livros bem específicos. Não é um livro que estou lendo e tem um romance e é uma personagem com deficiência, não. Geralmente parece que só ser for um livro de superação, mostrando como você pode ser feliz mesmo sendo deficiente, e eu acho que a coisa não é bem assim. Fiquei pensando e falei: Quero ler sobre outros assuntos vividos por pessoas com deficiência sem que o foco fosse a deficiência e falei no grupo do Coletivo: “Se alguém tiver interesse ou gostar de escrever, eu disponibilizo algumas oficinas e a gente produz uma coletânea no final do ano”. Umas dez meninas mostraram interesse, agora estamos em oito, nove e a gente está aí se encontrando uma vez por mês e produzindo textos.

Lemos juntas umas para as outras, falei para elas sobre as diferenças dos gêneros literários, dei um norte, mas deixo elas bem livres para criar, porque o que eu quero é o protagonismo na literatura. Então, eu falo muito para elas escreverem do coração, se for sair alguma coisa que é feia, que é triste, é a vivência, a gente precisa trazer isso para a literatura, deixar isso marcado no mundo, porque a gente está sempre sendo retratado de uma forma ruim ou da forma que as outras pessoas nos veem, está na hora de a gente falar. Estamos fazendo por conta própria e vamos publicar pela Amazon, o livro vai ser para o mundo. Já apareceu todo tipo de texto, eu li o texto de uma das meninas que é tetraplégica e ela escreveu sobre como ela se sente presa no corpo dela, de como é estar dentro desse corpo, e era exatamente isso que eu queria. Foi um texto tão forte.

Quais são as dificuldades que uma mulher com deficiência enfrenta? Cite algumas pautas do Coletivo.

Além do fato de a gente não ser considerada uma mulher completa, tem também a infantilização, o fato de que as mulheres com deficiência têm muito mais chance de sofrer abuso, violência doméstica, por não condições de sair daquela situação, tem o fato econômico também, o fator raça, mulheres com deficiência que são negras, sofrem três vezes discriminação. Não só mulher, tudo que ter a ver sobre a deficiência

a gente discute. A pauta principal é levar informação para as mulheres, ter esse espaço dentro do feminismo e o que advém disso consiste em nossas ações.

Qual é a importância dessa luta ser acolhida por todos?

Não tem como pensar em um mundo melhor, uma nova sociedade, se não houver união, não unir todas as lutas. É impossível a gente conseguir modificar uma realidade focando só em nós mesmas, então acho que isso se aplica ao feminismo também. A inclusão tem que ser do micro para o macro, o que cada um pode fazer hoje é pensar como eu pode ser mais inclusivo. Eu, na escrita, por exemplo, decidi que em todos os meus livros vão ter pessoas com deficiência porque eu não vejo, eu leio desde os meus quatro anos de idade e nunca vi um livro com uma pessoa com deficiência, nem Harry Potter, que é um livro que tem tudo, mas não tem uma pessoa com deficiência. Então se a gente fizer o mínimo e ir construindo aos poucos essa sociedade, daqui a pouco vai todo mundo, cada arquiteto, engenheiro quando for planejar um prédio, uma cidade, vai pensar nisso, acho que é o mínimo, a inclusão de todo mundo.

Uma coisa que eu não falei é que tem muito essa crença de que a pessoa com deficiência não é capaz, só que na verdade não é que nós não somos capazes, é que a gente mora em um mundo que foi feito para pessoas que não tem deficiência. Então essa é a importância da acessibilidade e da inclusão, se estamos em um lugar acessível, todo mundo consegue viver em paz, consegue existir, o problema é que não tem acessibilidade e isso cria essa impressão. Enquanto as pessoas não estiverem familiarizadas com nossa existência, a gente tem que estar sempre se desculpando, pedindo: “Dá pra descrever a imagem?”.

Na minha página do Instagram eu falo sobre isso, alguns momentos sobre a minha perna, mas procuro não focar só nisso, eu também me apropriei disso. Eu falo sobre minha perna, mas estou escrevendo poesia, não estou escrevendo um livro da minha vida sobre como eu superei um acidente, porque não é sobre isso, minha vida não é sobre minha perna, é muito difícil a gente achar esse lugar.

Entrevista Gleice Priscila

Para começar, fale um pouco sobre você.

Meu nome é Gleice Priscila, tenho 27 anos, sou casada, tenho dois filhos, eu estudo bastante, no momento meu objetivo é passar em concurso público, futuramente pretendo fazer faculdade de Comunicação Social. Sou uma pessoa muito ativa, adoro

fazer dança de salão, já fui atleta, fiz atletismo, goalball, sou voluntária na Adevirp, ajudo as pessoas com o braile, também sou voluntária na aula de dança de salão, gosto de escrever crônicas, poesias, então sou uma pessoa que estou sempre em busca de novos conhecimentos.

Fale um pouco sobre a sua deficiência e como você convive com ela.

O meu caso é hereditário, então minha mãe tinha deficiência visual, glaucoma, mas ela enxergava. A minha avó é cega, ela teve glaucoma crônico e outros problemas. Eu nasci com uma diferença no meu olho direito, a minha pupila era muito pequenininha, e aí partir daí os médicos começaram a fazer exames, porque como já era hereditário, eles já viram que tinha algo de diferente e começaram a fazer investigar, só que não conseguiram entender o que realmente tinha no meu olho direito. Até fui para São Paulo, porque eles suspeitavam que poderia ser câncer no fundo do olho, mas graças a Deus não era. Quando eu tinha cinco anos, descobriram que eu realmente nasci sem enxergar do olho direito, que eu tive catarata congênita e uma causa desconhecida e que no olho esquerdo eu era míope e que eu teria que usar um óculos de 12 graus.

Tive a minha infância normalmente, usando óculos, frequentando a escola e tudo mais, só que os médicos não orientaram a minha mãe de que eu precisava de um atendimento especial, então na sala de aula eu tinha muita dificuldade para enxergar. Era uma criança muito tímida porque eu não enxergava direito e ficava com vergonha de falar com a professora ou às vezes eu aproveitava que ela saía da sala e ia bem pertinho da lousa para poder enxergar. Quando a professora chegava e via que eu não estava no meu lugar, ela gritava comigo, mas eu tinha vergonha de falar que realmente eu não estava enxergando direito. Os professores achavam que pelo fato de eu usar óculos, já estava resolvido, mas minha visão era muito limitada.

Cresci essa criança tímida, tendo ali a minha infância na medida do possível, quando eu estava com 12 anos de idade, eu estava na sala de aula tendo aula de matemática, de repente ficou tudo escuro e aí eu comecei a chorar, e tímida, como eu era, não falei nada para ninguém. Abaixava na carteira para chorar, porque eu não queria que ninguém soubesse o que estava acontecendo comigo, eu levantava a cabeça e minha visão voltava, eu abaixava a cabeça, a visão sumia, levantava, a visão aparecia. Só que chegou um momento que a visão não voltou mais, ficou tudo preto, até que uma amiga minha percebeu minha agonia e falou: “Gleice, o que foi?” e eu disse: Acho que

não estou enxergando”, aí ela me levou embora, porque na época minha mãe não tinha celular e eu morava em outra cidade pequenininha, chamada Serra Azul, então a gente só andava a pé mesmo. Até chegar em casa foi bem difícil, porque ela não sabia como guiar uma pessoa cega, nem eu sabia o que era ser cega. Machuquei todo o pé, porque ela não falava quando tinha degrau ou algum obstáculo.

Minha mãe me levou no médico e ele falou que tinha que esperar em casa o encaminhamento vir para Ribeirão e nesse um mês a minha visão foi realmente ficando pior. Depois, minha mãe me levou de novo no postinho da cidade e médico perguntou: “Por que a sua filha ainda está aqui? Ela já tinha que estar lá no HC”. Minha mãe explicou que o outro médico disse que tinha que aguardar o encaminhamento, e ele disse: “Esse médico não foi profissional, tinha que ter encaminhado sua filha na hora. A retina dela que descolou”. Na mesma hora ele já me encaminhou para o HC e ali mesmo fizeram a cirurgia, porém não teve como recuperar, porque a minha retina descolou, pelo fato de minha miopia ser muito alta, a minha retina ficou muito sensível e como eu não tinha tratamentos especiais, eu forçava muito a visão para enxergar na lousa. Assim, minha retina foi ficando cada vez mais sensível, até que ela descolou. Recuperou 5% de visão na época, mas teve um sangramento no fundo do olho e não teve mais jeito, então se a primeira vez que eu fui ao médico já tivessem me atendido e encaminhado para o HC, teriam conseguido recuperar alguma porcentagem da minha visão. Mas não teve solução, porque retina não tem transplante.

Nos primeiros meses foi bem difícil, até que eu conheci e a passei a frequentar a Adevirp. Ali comecei a enxergar com outros olhos, deixei a timidez de lado, porque eu estava convivendo com outras pessoas que não enxergavam e entendi que forma de eu me comunicar era realmente falando, eu não poderia mais só balançar a cabeça, que sim ou que não ou fazer um joinha ou apenas sorrir, eu teria que me comunicar de verdade. E eu passei a me comunicar, a me soltar, e hoje essa sou eu, uma menina atrevida, que corre atrás dos objetivos.

Então é algo hereditário, inclusive meus filhos podem ter, mas desde que eles nasceram, sempre faço exame. Graças a Deus até agora não tem nada, só a minha filha que tem um grau muito pequeno de astigmatismo, mas o doutor disse que isso é normal, quase todas as pessoas têm esse grauzinho.

Então você não é a única pessoa da família com deficiência?

Não, eu tenho um irmão, ele é dois anos mais novo do que eu, ele também ficou cego total, depois de mim. Fiquei cega primeiro, depois o meu irmão, minha avó. Ela ficou cega total há uns cinco anos, no máximo.

Você vê sua deficiência como uma limitação? Como você lida com ela?

Acredito que todos nós temos limitações, a minha deficiência visual é uma limitação visível, que todo mundo sabe que eu tenho, é visível para todos. E eu enfrento isso bem tranquilamente, às vezes quando eu estou no transporte público as pessoas falam: “Coitada, ela não enxerga” e eu falo: “Coitada nada, eu só não enxergo”. Então as pessoas falam: “Como assim você só não enxerga? Se eu não enxergasse eu preferiria me matar, se um dia eu ficasse cega eu preferiria morrer”. Mas eu sempre falo que não enxergar é apenas um detalhe, porque eu falo, escuto, ando, penso.

Gleice, fale um pouco agora sobre a questão mulher e deficiência. Quais são as dificuldades que você enfrenta e em que ponto elas são diferentes das dificuldades que eu enfrento, por exemplo?

Eu não vejo nenhuma diferença, me sinto mulher tal quanto as ditas “normais” que as pessoas costumam falar, que não tem nenhuma deficiência visível. Me sinto uma mulher normal, uma mulher completa. Mas as pessoas não enxergam dessa forma e sempre falam: “Ela é tão bonita, mas não enxerga”, “Ela anda de salto, como que consegue?”. Então as pessoas acham que só porque não enxergo é impossível andar de salto com elegância, eu ser mãe e cuidar sozinha dos meus filhos, é impossível eu ser dona de casa e fazer faxina, fazer a própria alimentação. Quando não é isso, olham para a gente como se nós fossemos super-heroínas: “Uau, ela consegue fazer isso, está vendo?”. Coloca a gente lá em cima e não é isso, eu só não enxergo e eu consigo fazer as coisas como qualquer outra mulher faz, só que eu uso outras maneiras. Se eu não enxergo, para ver se o chão está limpo eu tenho o tato, o olfato, para eu saber se minha roupa está boa eu passo a mão, eu sei quais as roupas que combinam porque na hora de comprar eu pergunto as cores. Eu não enxergo no espelho, mas passo a mão, sinto o jeito que está meu cabelo, na hora de passar o batom, percebo se eu borrei ou não, então é isso. É mais a forma como as pessoas nos veem, porque a gente se sente uma mulher completa.

E você encontra acessibilidade na sociedade?

Muitas das vezes não, porque uma das maiores barreiras não é nem a acessibilidade arquitetônica, são as barreiras que as pessoas mesmo colocam, às vezes elas não têm essa abertura de perguntar: “Você quer ajuda para atravessar a rua? Qual é a melhor maneira de eu te ajudar?”. Então, muitas vezes as pessoas preferem não ajudar, porque tem esse medo, essa barreira, do que chegar em mim e perguntar. É claro, eu recebo muita ajuda na rua, mas eu acredito que ainda tenha uma certa resistência das pessoas de querer saber, de querer se informar sobre a gente.

Então a maior barreira seria esse olhar da sociedade?

Isso mesmo, falta informação. Às vezes eu converso com os meus amigos que passa ano sai ano, as pessoas não entendem o que é uma pessoa com deficiência, uma pessoa com uma limitação. A partir do momento que as pessoas passarem a ter informação, a ter esse contato com pessoas que tem algum tipo de deficiência, elas vão conhecendo, entendendo que não é um bicho de sete cabeças e com isso a gente vai se aproximando, vai ter essa inclusão, pessoas com e sem deficiência estaremos ali juntos, um entendendo o outro, quais as limitações. Todo mundo tem limitação, dificuldades, mas pelo fato de a gente ter uma deficiência, uma limitação visível, às vezes as pessoas acham que o problema é só a gente. Lidar com um cadeirante, um cego não é difícil, é só a falta de comunicação, de conhecimento.

Gostaria que você falasse um pouquinho sobre sua vivência na Adevirp.

Cheguei na Adevirp uma menina tímida, cabisbaixa e fazendo perguntas como: “O que eu fiz? Por que eu fiquei cega? Eu sou tão ruim assim? Eu fui uma menina tão má?”. Mas uma coisa que abriu meus olhos foi ver as criancinhas pequenininhas correndo com as bengalinhas, correndo mesmo, rápido. Eu fiquei desesperada: Como essas crianças não enxergam e estão correndo? E elas riam alto, mostravam o quanto elas eram felizes, aí caiu a minha ficha: “Se essas crianças não enxergam e estão felizes, por que eu estou aqui chorando?” Eu levantei a cabeça e falei: “Eu também consigo”. E a partir daí eu comecei a ver a vida com outros olhos. Não sei o que teria sido da minha vida sem a Adevirp, lá eu sempre estou por perto das pessoas, quando chega novos alunos faço questão de recepcioná-los, de apresentar a instituição, mostrar as atividades que a gente tem, sou muito ativa, sempre estou ali fazendo as

atividades, tudo que oferece que eu posso fazer, que eu posso aproveitar, estou ali aproveitando, então a Adevirp abriu os meus caminhos.

ANEXOS

UNAERP
Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Campus Guarujá

CURSO DE JORNALISMO

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Sara Aline Ribeiro de Sena, abaixo firmado e identificado(a), autorizo, Lauani Beatriz Meira Santos, estudante do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar **minha imagem**, **voz** e também **informações** por mim prestadas, para elaboração de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pelo(a) Prof.(a) Elivanete Zuppolini Barbi.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem, da forma que melhor lhes aprouverem, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Ribeirão Preto, 28 de novembro de 2021.

Assinatura: S. A. Ribeiro de Sena

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Julia Ribeiro Milograna, abaixo firmado e identificada, autorizo Apauani Beatriz Meira Santos, estudante do curso de jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar minha imagem, voz e tambim informações por mim prestadas para elaboração de seu TCC - Trabalho de conclusão de curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pela Profª Elisangela Zuppolini Barbi.

29/11/2021, Ribeirão Preto/SP

Julia Ribeiro Milograna

UNAERP Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Campus Guarujá
CURSO DE JORNALISMO

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Samira Andreas Marquezin, abaixo firmado e identificado(a), autorizo, Lauani Beatriz Meira Santos, estudante do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar **minha imagem**, **voz** e também **informações** por mim prestadas, para elaboração de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pelo(a) Prof.(a) Elivanete Zuppolini Barbi.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem, da forma que melhor lhes aprouverem, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Ribeirão Preto, 29 de novembro de 2021.

Assinatura: Marquezin

UNAERP Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto · Campus Guarujá

CURSO DE JORNALISMO

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Pelema Barbosa dos Santos, abaixo firmado e identificado(a), autorizo, Lauani Beatriz Meira Santos, estudante do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar **minha imagem**, **voz** e também **informações** por mim prestadas, para elaboração de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pelo(a) Prof.(a) Elivanete Zuppolini Barbi.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem, da forma que melhor lhes aprouverem, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Ribeirão Preto, 29 de novembro de 2021.

Assinatura: _____

UNAERP Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Câmpus Guarujá
CURSO DE JORNALISMO

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Paloma Barbosa dos Santos, abaixo firmado e identificado(a), autorizo, Lauani Beatriz Meira Santos, estudante do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar **imagens produzidas por mim** para elaboração de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pelo(a) Prof.(a) Elivanete Zuppolini Barbi.

Ribeirão Preto, 21 de novembro de 2021.

Assinatura: _____

UNAERP Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Campus Guarujá
CURSO DE JORNALISMO

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Giullia Silva Oliveira, abaixo firmado e identificado(a), autorizo, Lauani Beatriz Meira Santos, estudante do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar **minha imagem**, **voz** e também **informações** por mim prestadas, para elaboração de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pelo(a) Prof.(a) Elivanete Zuppolini Barbi.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem, da forma que melhor lhes aprouverem, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Ribeirão Preto, 26 de novembro de 2021.

Assinatura: Giullia Silva Oliveira

UNAERP Universidade de Ribeirão Preto
Campus Ribeirão Preto - Campus Guarujá
CURSO DE JORNALISMO

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu Gleice P. Santos,
abaixo firmado e identificado(a), autorizo, Lauani Beatriz Meira Santos, estudante do Curso de Jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto, a utilizar **minha imagem**, **voz** e também **informações** por mim prestadas, para elaboração de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título: "A voz das mulheres" e está sendo orientado pelo(a) Prof.(a) Elivanete Zuppolini Barbi.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha minha imagem, da forma que melhor lhes aprouverem, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Ribeirão Preto, 28 de novembro de 2021.

Assinatura: Gleice P. Santos